

# MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 10 - Março/2004



## Universidade em reforma

Os caminhos da mudança • Mentiras sobre o gasto social

## Editorial

01. Elogio à rebeldia



## Os primeiros tempos

04. As primeiras instituições e os primeiros rebeldes

08. As marcas da revolta estudantil de Córdoba

14. Universidade a luz da crítica – reforma universitária na década de 60



## Década de 60 e neoliberalismo

18. Anos de chumbo na universidade

24. A falência do modelo do regime militar

28. A reforma neoliberal

## A reforma de hoje

34. A expansão em debate

38. Queremos mais – o que pensam os estudantes

42. As mentiras sobre gasto social

46. Ensino à distância – lucros e mediocridade

50. Setor privado – será o fim da farra?





## Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

### Diretoria Executiva

**Presidente** –  
Gustavo Lemos Petta

**Vice-Presidente** –  
Rafael Barbosa de Moraes

**1º Vice-Presidente** –  
Demétrius de Azevedo Moura

**2º Vice-Presidente** –  
Fabiana Costa de Souza

**Secretário-Geral** –  
Saney Santos Sampaio

**1º Secretário** –  
Geraldo Vilar Correia Lima Filho

**Tesoureiro Geral** –  
Érico Nogueira de Sousa

**1º Tesoureiro** –  
Walberto Fonseca de Araújo Júnior

**Diretora de Comunicação** –  
Lúcia Klück Stumpf

**Diretor de Políticas Institucionais** –  
Rodrigo da Silva Pereira

**Diretor de Univ. Particulares** –  
Carlos Siegle de Souza

**Diretor de Univ. Públicas** –  
José Erinaldo Oliveira Jr.

### Edição

*Reportagem e pesquisa:* Gabriela Moulin  
e Gisela Mendonça

*Texto final e edição:* Gisela Mendonça  
*Projeto gráfico e editoração:*  
Maria Fígaro

*Ilustrações:* Vicente Mendonça

*Capa:* Foto de Márcia Foletto/  
Agência O Globo

*Impressão e acabamento:* Editora Três

### Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana –  
São Paulo – SP – CEP: 04101-200

Fone/fax: (11) 5574-7821

**Sítio na Internet:**  
[www.estudantenet.com.br](http://www.estudantenet.com.br)

**Endereço eletrônico:**  
[revistamovimento@une.org.br](mailto:revistamovimento@une.org.br)

## EDITORIAL

# Elogio à rebeldia

**N**este número de **Movimento** que você recebe agora, nos dedicamos a lançar frutos de um debate que tem que crescer e aparecer: a reforma universitária. Para isso, a redação da revista reuniu textos já publicados e inéditos que mostram que essa luta não é nova, nem livre de percalços.

A primeira reforma de que se tem notícia, muitos vão tomar conhecimento neste número, aconteceu em 1190, quando estudantes europeus se rebelaram contra o ensino superior ministrado pela Igreja Católica e fundaram instituições conhecidas como “Nações de Estudantes”, onde o ensino era ministrado livremente, resguardava-se a autonomia universitária e os estudantes elegiam seus dirigentes. Frustrado pela ação da Igreja, esse movimento foi o precursor de muitos outros, que com ele tinham em comum a busca pela liberdade de ensino, pela democracia e pela autonomia.

Em todos esses momentos, as vozes mais ouvidas eram dos estudantes. Foi assim na revolta de Córdoba, na Argentina; no início dos anos 60, no Brasil; e ao fim do regime militar no país. Em busca de um país mais justo, os estudantes queriam mudar a universidade – torná-la acessível, comprometida com os interesses da maioria, inovadora e renovadora do conhecimento a serviço de todos.

Ao retomar o debate sobre a reforma universitária, ao fim do período neoliberal do país, a UNE não pode deixar de resgatar essa história. Não para impor um sentimento saudosista, mas para entender que as mudanças (ou retrocessos) na universidade andam sempre juntas com mudanças (ou retrocessos) na sociedade. Resgatar esses movimentos significa, também, um elogio à rebeldia. Rebeldia necessária para enfrentar desigualdades históricas e forças poderosas que vêm na universidade mais um mercado do que um espaço de saber e desenvolvimento humano.

Agora é, novamente, a hora e a vez dos rebeldes.

**Gustavo Lemos Petta**  
*Presidente da UNE*

Aperta daqui,  
espreme dali  
e o lucro é  
todo seu.

Você recebe sua revista preferida em casa por  
**3 meses**, pode pagar em até **3X sem juros**  
e ainda ganha **30% de desconto**.

**Aproveite. Esta promoção é econômica**



**A mais independente do Brasil.**

Semanal - 13 edições  
Apenas 3X de 20,75  
ou R\$ 62,25 à vista



**A revista semanal de negócios.**

Semanal - 13 edições  
Apenas 3x de 22,75  
ou R\$ 68,25 à vista



**O mundo da fama com conteúdo.**

Semanal - 13 edições  
Apenas 3x de 17,75  
ou R\$ 53,25 à vista



**Informação com muita emoção.**

Mensal - 3 edições  
R\$ 16,50 à vista



**A revista mais saborosa do país.**

Mensal - 3 edições  
R\$ 15,75 à vista



**Corpo e alma sempre em equilíbrio.**

Mensal - 3 edições  
R\$ 15,75 à vista

**em tudo, menos na boa informação.**

**Ligue e assine: (11) 3618-4566**

De 2ª a 6ª, das 8 às 20h. Sábados, das 9 às 15h.

Informe a **oferta 3706.**

Promoção válida até 30/4/2004.



# As primeiras inst primeir

Em 1996, a UNE realizou um Seminário Latino-americano de Reforma Universitária. Buscava-se entender, debater e construir um movimento que enfrentasse as mudanças que vinham sendo impostas pelo modelo neoliberal, emergente e dominante em todo o continente naquela época. Este texto, que **Movimento** volta a publicar, localiza o nascimento das primeiras universidades, discute os sucessivos modelos implantados e dá um panorama das condições que determinaram a forma tomada hoje pelas universidades em todo o mundo



# Instituições e os os rebeldes

**A**penas 46 anos após a chegada do europeu à América a primeira universidade latino-americana era fundada. Coincidência ou não, esta instituição foi instalada no mesmo lugar da chegada de Cristóvão Colombo, a Ilha de São Domingos.

Apesar da vida efêmera da Universidade de São Domingos, a América Latina e o Caribe assistiram ao nascimento de uma boa quantidade de universidades em seu território ainda no século XVI. Em 1551 foram fundadas as Universidades do México e de Lima, no Peru. Mais tarde, as de São Felipe (Chile), São Marcos (Peru) e Córdoba (Argentina). Nesta época nenhuma universidade foi fundada no Brasil.

A explicação para a rápida instalação dessas instituições nas colônias hispânicas pode ser duas. Primeiro, é bom lembrar que a Espanha possuía uma forte tradição universitária, com uma grande quantidade de alunos e docentes nas diversas instituições. A Universidade de Salamanca estava entre as melhores da Europa. É provável que isso tenha facilitado a criação das primeiras universidades do nosso continente. Portugal ainda não tinha um sistema e uma tradição tão ampla quanto a da vizinha Espanha.

Outro motivo seria o tipo de cultura encontrado pelos espanhóis nas suas colônias americanas. Civilizações com um alto grau de desenvolvimento, como as dos Astecas e Maias, competiam com o saber, a religião e cultura dos colonizadores.

Essas duas razões parecem ter sido os principais motivadores do interesse dos espanhóis pela fundação das nossas primeiras universidades. De um lado, a possibilidade de exportação de seu modelo universitário, inclusive de docentes. De outro, a necessidade da formação de missionários e de uma elite que pudesse concorrer intelectualmente com as altas civilizações aqui encontradas.

O caso brasileiro de atraso secular na construção de universidades deve-se ao menor grau de desenvolvimento dos indígenas da região, a pequena tradição universitária da metrópole Portugal e a proibição da Coroa da implantação de universidades na colônia, que deveria importar o saber desenvolvido na metrópole.

## O modelo inicial e a primeira reforma

Data de 1190 o primeiro movimento por reforma universitária. Nesse ano, os estudantes europeus se rebelam contra o ensino superior oferecido pela Igreja Católica e fundam instituições bem diferentes daquelas até então estabelecidas. As “Nações de Estudantes”, como eram conhecidas, eram administradas pelos próprios alunos que contratavam seus professores, elegiam seu reitor e definiam seus estatutos. O ensino era ministrado livremente e resguardava-se a autonomia universitária. A primeira grande reforma do ensino superior, apesar de frustrada pela Igreja, foi desenvolvida diretamente por estudantes.

As primeiras universidades do Ocidente apareceram ainda no século XII, inclusive a de Salamanca, na Espanha. Dividiam-se basicamente em dois modelos. As do Norte da Europa (Paris e Oxford) eram organizadas como federações de escolas ou corporações de mestres. Seu ensino se dividia entre Artes Liberais e Teologia. E as da região mediterrânea, onde desenvolviam-se as corporações de estudantes.

Apesar de serem influenciadas pelo poder religioso, as universidades “associações de estudantes” mantinham autonomia administrativa e política dos poderes externos. Os mestres eram contratados livremente e tinham liberdade para ensinar.

A partir do século XIV, as universidades começam a perder sua autonomia. O nascente modelo absolutista não suportava os “privilegios” de que dispunham a comunidade universitária. Assim, são fechadas as “corporações de estudantes” e as universidades se adequam à nova ordem vigente. A necessidade de formação de mão-de-obra mais especializada e de novas tecnologias fez com que os olhos da burguesia em ascensão se voltassem para o controle das instituições.

As universidades fundadas no século XVI na América Latina e Caribe eram reflexo dessa reforma conservadora, que se contrapunha ao modelo autônomo intelectual e ideológico das primeiras universidades.

Nossas primeiras instituições latino-americanas foram estabelecidas por decreto real, com estatutos inspirados nos de Salamanca e Alcacá, que já haviam sido reformadas. Eram quase sempre dominadas por ordens religiosas como a dos Dominicanos e dos Jesuítas e ensinavam principalmente Teologia e Direito Canônico. Eram

claramente fundações coloniais e missionárias.

## O modelo napoleônico

Por volta de 1806, surge na França o chamado modelo napoleônico de universidade. Era uma adequação do ensino superior às reformas que Napoleão Bonaparte imprimia ao Estado francês. Era preciso formar um senso comum sobre o novo Império e ainda formar profissionais adequados às novas necessidades. A estrutura ideal para a realização deste objetivo era a própria universidade.

Forma-se um sistema autoritário, centralizado, que reconhecia prioridade ao poder político ou administrativo. Sua principal missão era a formação de docentes a serviço do novo regime.

As universidades eram então formadas a partir das antigas escolas e faculdades isoladas existentes no país. Na verdade, eram federações de escolas pré-existentes. Cada uma dessas possuía professores catedráticos com mandatos vitalícios.

Geralmente essas instituições especializavam-se em matérias profissionais e tinham sua autonomia reduzida perante o poder de Estado. Esse acabou sendo o modelo exportado para boa parte da América Latina e Caribe.

O Brasil, que só veio a ter universidades a partir do início do século XX, adotou desde o início o modelo napoleônico. A Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade brasileira, segue o exemplo da cátedra vitalícia e da federação de escolas isoladas pré-existentes, como a grande maioria das instituições que a sucederam.

É típico desse modelo ainda a característica multifacética que adquiriram as universidades e que perduram até hoje. Passava a ser fun-



ção dessas instituições tarefas antes atribuídas ao Estado, como a manutenção de estruturas culturais e assistenciais, como orquestras e hospitais.

## A onda dos rebeldes e a onda conservadora

Podemos dizer que o modelo atual de universidade da América Latina, guardadas as diferenças e especificidades encontradas, é um misto do modelo napoleônico com as mudanças impostas pelas reformas ocorridas na década de 60.

O maio de 68, na França, é conhecido pela revolta estudantil que pedia a democratização do sistema de ensino superior daquele país. As conseqüências desta movimentação foram sentidas não apenas entre os franceses, mas em todo o





mundo. A escolha de dirigentes pela própria comunidade universitária, a garantia de autonomia, a mudança do relacionamento entre mestres e alunos para uma forma mais respeitosa, o fim da cátedra vitalícia e a adequação dos currículos às novas demandas sociais são reflexos desta reforma.

O governo americano tem também grande parcela de responsabilidade na mudança do sistema universitário latino-americano. Promoveu-se na década de 60 uma verdadeira reforma universitária, que adequava nossas instituições ao modelo americano. A motivação vinha fundamentalmente das freqüentes vitórias do movimento estudantil, que vinha conseguindo progressos importantes no interior das instituições, como a democratização e maior enfoque nos temas sociais. A ori-

entação do governo estadunidense era o fim do regime seriado e sua transformação em sistemas de créditos, que favorecia a iniciativa privada e acabava com a unidade dos estudantes em turmas contínuas, a departamentalização e o fomento do aumento da oferta de vagas com a criação e fortalecimento das instituições de ensino superior privadas.

Com a abertura política vivida pelos países da região a partir da década de 80, as universidades perdem um pouco o sentido de baluartes da resistência democrática aos governos militares e se encontram no que poderíamos chamar de "crise existencial". Os rumos a serem seguidos já não eram tão claros e havia uma nítida visão de que o papel desempenhado até então não servia mais.

REFORMES



CHLOROFORME



Nos cartazes de maio de 68, revolução política e de costumes

A década de 90 é ainda marcada por essas dúvidas e é complementada pelo dilema da adequação às novas tecnologias e tendências teóricas. Mais uma vez existe uma grande pressão dos agentes do mercado para que a universidade possa lhe servir da melhor forma; mas ao mesmo tempo são chamadas a desempenhar seu papel de formuladora de políticas e agente da mudança social. Poderíamos dizer que para a Universidade são postos dois caminhos. O primeiro, que restringe sua autonomia atrelando-a a condição de criadora de insumos e produtos a serem negociados no mercado e um segundo que procura reforçar seu caráter público, oferecendo mais autonomia, para que possam ser desenvolvidos seus potenciais inovadores e progressistas.

# As marcas de **Córdoba**

Poucos movimentos deixaram marcas tão profundas quanto a revolta dos estudantes de Córdoba, em 1918, na Argentina. Rebelados contra um modelo elitista, excludente e antidemocrático de universidade, eles promoveram greves que tiveram apoio de trabalhadores, manifestações e conquistaram, num processo que durou anos, grandes avanços na estrutura do ensino superior – muitos deles hoje ameaçados ou extintos, após mais de uma década de neoliberalismo.

**Movimento** reproduz, a seguir, um documento histórico e, ao mesmo tempo, de grande atualidade: o Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, de 1918

## Da juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul

**H**omens de uma república livre, acabamos de romper a última corrente que em pleno século 20 nos atava à antiga dominação monárquica e monástica. E decidimos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. Desde hoje o país tem uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que nos restam são as liberdades que nos faltam. Cremos não nos equivocar, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana. A rebeldia explode agora em Córdoba e é violenta, porque aqui os tiranos se tornaram soberbos e porque era necessário apagar para sempre a lembrança dos

contra-revolucionários de maio. As Universidades têm sido o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e, o que é ainda pior, o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontrarão a cátedra que as ensinará. As universidades chegaram assim a ser o reflexo fiel destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer o triste espetáculo de uma imobilidade senil. É por isso que a Ciência, diante dessas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca, para ser apenas um serviço burocrático.

Quando em um impulso fugaz abre as portas para os grandes

espíritos é para logo se arrependem e tornar impossível a vida para eles em seu recinto. Por isso é que, em semelhante regime, as forças naturais conduzem à mediocridade do ensino, e a ampliação vital dos organismos universitários não é fruto do desenvolvimento orgânico, mas sim o vigor da periodicidade revolucionária.

Nosso regime universitário – mesmo o mais recente – é anacrônico. Está baseado em uma espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário. Cria-se a si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém um distanciamento olímpico. A Federação Universitária de Córdoba se levanta para lutar contra este regime e entende que nisso joga a sua vida. Clama por um governo estritamente democrático e defende que no mundo universitário a soberania, o direito de escolher seus próprios dirigentes seja atribuído aos estudantes.

O conceito de autoridade que acompanha um diretor ou um professor em uma instituição de estudantes universitários não pode apenas apoiar-se na força de disciplinas estranhas à própria substância estudos. A autoridade em uma universidade não se exercita mandando, mas sim sugerindo e amando. Ensinando. Se não existe um vínculo espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo o ensino é hostil e, em consequência, infecundo. Toda educação é uma grande obra de amor por aqueles que aprendem.

Basear a garantia de uma paz fecunda no artigo cominatório de um regulamento ou de um estatuto é, em todo caso, apoiar um regime de quartel, mas não a um trabalho de Ciência. Manter a atual relação de governantes e governados é

cultivar o fermento de futuros transtornos. As almas dos jovens devem ser movidas por forças espirituais. Os decadentes recursos de autoridade que emana da força não se ajustam com o que pleiteia o sentimento e o conceito moderno das Universidades. O estalo do látigo só pode colocar sua chancela no silêncio dos inconscientes ou dos covardes.

A única atitude silenciosa que se coaduna com o instituto da Ciência é a de quem escuta uma verdade ou a de quem experimenta para criá-la ou comprová-la. Por isso, queremos arrancar pela raiz o arcaico e bárbaro conceito de autoridade do organismo universitário que nessas casas é um baluarte da absurda tirania e só serve para proteger criminalmente a falsa dignidade e a falsa competência. Advertimos agora que a recente reforma, sinceramente liberal, introduzida na Universidade de Córdoba pelo Dr José Nicolas Matienzo, só veio comprovar que o mal era mais aflitivo do que imaginávamos e que os antigos privilégios dissimulam um estado avançado de decomposição. A reforma Matienzo não inaugurou uma democracia universitária, sancionou o predomínio de uma casta de professores. Os interesses criados em torno dos medíocres nela encontraram um inesperado apoio. Nos acusam agora de rebeldes em nome de uma ordem que não discutimos mas que não tem nada para fazer conosco. Se isto é assim, se em nome da ordem querem continuar a nos enganar e embrutecer, proclamamos bem alto e forte o direito sagrado da insurreição. E então a única porta que nos resta aberta para a esperança é o destino heróico da juventude. O sacrifício é nosso

melhor estímulo; a redenção espiritual das juventudes americanas nossa única recompensa, pois sabemos que nossas verdades dolorosas são de todo o continente.

Se em nosso país uma lei – a chamada lei de Avellaneda – opõe-se aos nossos anseios, então vamos reformar a lei, pois nossa saúde moral o está exigindo. A juventude vive sempre em transe de heroísmo. É desinteressada. É pura. Não teve tempo ainda de se contaminar. Não erra nunca na escolha de seus próprios mestres. Ante os jovens não se obtém mérito adulando ou comprando. É preciso deixar que eles próprios escolham seus mestres e diretores, certos que a habilidade irá coroar as suas determinações. Em primeiro lugar, só poderão ser mestres na futura república universitária os verdadeiros construtores da alma, os introdutores da verdade, da beleza e do bem.

A juventude universitária de Córdoba crê que chegou a hora de colocar este grave problema para ser considerado pelo país e por aqueles homens que o representam. Os acontecimentos recentes na Universidade de Córdoba, por ocasião da eleição do Reitor, esclarecem especialmente nossa maneira de avaliar o conflito universitário. A Federação Universitária de Córdoba crê que deve mostrar ao país e à América as circunstâncias de ordem moral e jurídica que invalidam o ato eleitoral acontecido no dia 15 de junho. Ao revelar os ideais e princípios que movem a juventude nesta hora única de sua vida, quer se referir os aspectos locais do conflito e levantar bem alto a chama que está queimando o velho reduto da opressão clerical.

# Os passos dos rebeldes

## Cronologia do movimento dos estudantes universitários de Córdoba

Fotos: Reprodução



**1613** —  
Fundação da  
Universidade  
de Córdoba

**1800** — Por Concessão Real foi elevada ao grau de “Universidade Mayor de San Carlos y Nuestra Señora de Monserrat”; decreto de 1808 exclui os franciscanos e encarrega o clero secular de dirigir o estabelecimento.



**1820-1854** — A Universidade de Córdoba fica sob a proteção da província. Em 1821, é criada a Universidade Mayor de Buenos Aires. Em 1854, nacionaliza-se a Universidade Mayor de San Carlos.



**1904** — Em março funda-se o Centro dos estudantes de Medicina e de Engenharia em Buenos Aires. Em setembro, reformam-se os estatutos da Universidade de Buenos Aires (UBA) transformando-se as Academias vitalícias em Conselho de ordem eletivo com representação docente. A Universidade fica fechada até 1906.

**1906-1908** — Reformam-se os estatutos da UBA e em 1906 as aulas são retomadas. Em 1908, é criada a Federação Universitária de Buenos Aires.



**1917** — Em Córdoba os estudantes questionam a legitimidade do reitor e dos decanos, denunciando os regulamentos superados e pedindo modificações nos programas dos cursos.



**1918** - Em março os estudantes continuam os seus protestos. Organiza-se o Comitê Pró-Reforma. O Conselho Superior decide “não considerar

nenhuma das reivindicações estudantis”, o Reitor fecha as portas da Universidade. No dia 11 de abril, funda-se a Federação Universitária Argentina. Diante da gravidade dos acontecimentos de Córdoba e logo depois de receber os dirigentes estudantis, o presidente Irigoyen decreta a intervenção nesta Universidade. Surpreendentemente e esquecendo o compromisso assumido diante dos estudantes, a Assembléia de Conselheiros elege como reitor o Dr. Antonio Nores, candidato da associação clerical “Corda Frates”, congregação de senhores católicos. Os estudantes, sentindo-se traídos, invadiram o salão, desalojando-o e impedindo que o ato se consumasse; na própria mesa reitoral redigiram a declaração de uma nova greve. No dia 17 de junho, Nores assume a reitoria. A FUC reclama sua renúncia e difunde o *Manifesto dos Homens Livres da América do Sul*. Os estudantes de todo o país e os operários aderem à greve. O primeiro Congresso Nacional de Estudantes, convocado pela FUA, inicia no dia 21 de julho suas sessões em Córdoba, proclamando a necessidade de autonomia, direção tripartite paritária, assistência livre, regime de concursos, peridiocidade da cátedra etc. O Executivo, respondendo aos protestos estudantis, designa como interventor da Universidade de Córdoba o Dr. José Salinas. Foi feita uma reforma nos estatutos dando lugar a muitas aspirações estudantis e muitos reformistas ingressaram na docência. Os estatutos da U.B.A. são analisados, declarando-se livre a assistência a aulas e reconhecendo representação dos estudantes no Conselho.

As conseqüências e os ideais de Córdoba persistem durante muitos anos. Até o final da década de 30 ainda aconteciam movimentos reivindicativos nas universidades argentinas.

*Na Universidade Nacional de Córdoba e nesta cidade presenciaram-se desordens; contemplaram-se e contempla-se o nascimento de uma verdadeira revolução que, em breve, há de agrupar sob sua bandeira todos os homens livres do continente. Faremos referência aos acontecimentos para que se veja quanta vergonha nos mostrou a covardia e a perfídia dos reacionários. Os atos de violência, pelos quais nos responsabilizamos integralmente, se realizavam como o exercício de idéias. Invertemos o que representava um levante anacrônico e o fizemos para poder erguer tão somente o coração sobre essas ruínas. Os atos representam também a medida da nossa indignação ante a presença da miséria moral, da simulação e da falsidade astuciosa que pretendia infiltrar-se com aspectos de legalidade.*

*O sentido moral estava obscurecido nas classes dirigentes por um farisaísmo tradicional e uma horrível indigência de ideais. O espetáculo que oferecia a Assembléia Universitária era repugnante. Grupos amorais desejosos de captar a boa vontade do futuro reitor examinavam as composições no primeiro escrutínio para se definirem pelo grupo que poderia assegurar a vitória sem aparentemente lembrar da sua adesão feita publicamente ao compromisso de honra contraído em nome dos interesses da Universidade.*

*Outros – a maioria – em nome do sentimento religioso e sob a consagração da Companhia de Jesus exortavam à traição e ao pronunciamento subalterno. (Curiosa religião que ensina a menosprezar a honra e rebaixar a personalidade! Religião para*

*vencidos ou para escravos). Tinha-se obtido uma reforma liberal mediante o sacrifício heróico de uma juventude. Acreditava-se ter conquistado uma garantia e da garantia se apoderaram os únicos inimigos da reforma. À sorrelfa, os jesuítas tinham preparado o triunfo de uma profunda imoralidade. Consentiu-la comportaria uma outra traição. A tamanha burla respondemos com a revolução. A maioria expressava a soma da repressão, da ignorância e do vício. Então demos a única lição cabível e afastamos para sempre a ameaça do domínio clerical.*

*A sanção moral é nossa. O direito também. Eles puderam obter a sanção jurídica, fincada na Lei. Não o permitimos. Antes que a iniquidade fosse um ato jurídico, irrevogável e completo nos apoderamos da Sala dos Atos e empurramos a canalha, só então amedrontada, à beira dos claustros. E isso ficou patente pelo fato de, em seguida, ter sido sancionada, na própria Sala de Atos da Federação Universitária, e ter sido assinada por mil estudantes, na mesa do Reitor, a declaração de greve indefinida.*

*Com efeito, os estatutos reformados dispõem que a eleição de reitor terminará em uma só seção, proclamando-se imediatamente o resultado, prévia leitura de cada um dos votos e aprovação da respectiva ata. Afirmamos, sem temor de sermos corrigidos, que os votos não foram lidos, que a ata não foi aprovada, que o reitor não foi proclamado e que em consequência, para a lei, ainda não existe Reitor nessa Universidade.*

*A juventude universitária de Córdoba afirma que jamais fez questão de nomes ou de cargos. Levantou-se contra um regime*

*administrativo, contra um método docente contra um conceito de autoridade. As funções públicas se exercem em benefício de determinadas camarilhas. Não se reformam nem planos nem regulamentos por temor de que alguém, por causa das mudanças, possa perder o emprego. A palavra de ordem de “hoje para ti, amanhã para mim”, passava de boca em boca e era preeminente no estatuto universitário. Os métodos docentes estavam viciados em um estreito dogmatismo, contribuindo para manter a Universidade afastada da Ciência e das disciplinas modernas. As lições, limitadas na repetição interminável de velhos textos, eram o aparo do espírito de rotina e submissão. Os corpos Universitários, zelosos guardiães dos dogmas, tratavam de manter na clausura a juventude, acreditando que a conspiração do silêncio possa ser exercida contra a Ciência.*

*(...)*

*Fizemos então uma santa revolução, o regime caiu sob os nossos golpes. Acreditamos honradamente que nosso esforço tinha criado algo novo, que pelo menos nossos mais altos ideais mereciam algum respeito. Assombrados, contemplamos então como se coligavam para arrancar nossa conquista os mais cruéis reacionários.*

*Não deixar entregue nossa condição à tirania de uma seita religiosa ou ao jogo de interesses egoístas. É a eles que querem oferecer nosso sacrifício. Aquele que se intitula reitor da Universidade de San Carlos fez sua primeira fala: “antes de renunciar prefiro ver os cadáveres dos estudantes pendurados em um tendal”. Palavras cheias de piedade e amor, de respeito e reverência pela disciplina, palavras*

# Ditadura, democracia e neoliberalismo

A história recente da universidade Argentina guarda grandes semelhanças com a brasileira



Foto: Al Bunk/APP

*dignas do chefe de uma casa de altos estudos. Não invoca nem ideais nem propósitos de ação cultural. Sente-se sob custódia da força e levanta-se soberbo e ameaçador. Harmoniosa lição que acaba de dar para a juventude o primeiro cidadão de uma democracia Universitária!*

*Acolhamos a lição, companheiro de toda a América, caso tenha o sentido de um presságio glorioso, a virtude de um chamado à luta suprema pela liberdade; ela nos mostra o verdadeiro caráter da autoridade universitária, tirânico e obcecado que vê em cada petição um agravo e em cada pensamento a semente da rebelião.*

*A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio dos universitários por meio de seus representantes. A juventude está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências, não se pode ignorar a capacidade de intervir no governo de sua própria casa.*

*A juventude universitária de Córdoba, por intermédio de sua Federação, saúda os companheiros da América e os incita a colaborar na construção da liberdade que se inicia no dia 21 de junho de 1918.*

**Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, presidente. Gurmensindo Sayago, Alfredo Castellanos, Luis M. Méndez, Jorge L. Bazante, Ceferino Garzón Maceda, Julio Molina, Carlos Suárez Pinto, Emilio R. Biagosch, Angel J. Nigro, Natalio J. Saibene, Antonio Medina Allende, Ernesto Garzón**

**E**m 1976, uma Junta Militar derruba o governo peronista, inaugurando uma nova etapa de sucessivos governos militares, que deixaram um saldo de 30 000 desaparecidos. Houve intervenção em todas as Universidades Nacionais, exercendo-se o mais estrito controle ideológico do corpo docente, dos estudantes, do ensino. Restringe-se o ingresso, provocando uma diminuição e em seguida um estancamento da matrícula. Afastamento forçado de estudantes e docentes pelas forças políticas repressivas exercidas pelo governo. As organizações estudantis começam a atuar na clandestinidade.

Em 1983, com a realização das eleições que puseram fim ao regime militar argentino, elege-se Raúl Alfonsín, com um grande consenso popular. No dia 12 de dezembro, dois dias antes de assumir, através do decreto 154, limita as funções das autoridades interventoras das universidades nacionais, cria conselhos superiores provisórios, retornando à universidade o espírito reformista. Instaure-se a democracia nas universidades, respeita-se plenamente a autonomia e o co-

governo universitário, o ingresso é irrestrito ocasionando uma forte expansão da matrícula. Neste período de total respeito à Universidade Reformista, é reativada a militância universitária e a participação política dos estudantes.

Em 1989 assume a presidência Carlos Menem. A Universidade Pública volta a sofrer um retrocesso. São criadas numerosas universidades privadas, que o Estado subsidia. São criadas, sem critério, também várias universidades públicas que são beneficiadas pelo poder que ao mesmo tempo põe em prática uma política de asfixia para com as universidades com orientações reformistas.

Até a Lei de Educação Superior aprovada pelo Congresso limita-se o ingresso, a autonomia, o co-governo, a gratuidade do ensino e centralizam-se as decisões no Ministério de Educação, "Ministério Sem Escolas" já que estas foram transferidas aos governos provinciais. Esta lei foi rechaçada amplamente por toda comunidade universitária com vários tipos de protestos.

# Universidade à



Em maio de 1962, a revista **Movimento** trazia o fogo do debate da época: era preciso provocar uma revolução na universidade. Os estudantes de então, engajadas em um projeto de mudanças profundas do país, debateram em um seminário, em março daquele ano, que universidade queriam, e para qual país. A seguir, nas palavras de um dos editores da **Movimento** na época, o que foi o seminário

*Por César Guimarães*

“Nem tecnicismo desumanizante, nem humanismo alienado” – tais as duas formas de universidade rejeitadas pelo II Seminário Nacional de Reforma Universitária, reunido em Curitiba, de 19 a 26 de março.

O seminário, que reuniu representantes de todas as uniões estaduais de estudantes e entidades especializadas (de engenharia, agronomia etc.), foi promovido pela UNE e pela União Paranaense dos Estudantes, e teve como fim o estudo da reforma universitária e o levantamento das linhas políticas básicas para conseguí-la. Duzentos estudantes, entre delegados titulares e observadores, reuniram-se, noite e dia – e isso não é retórica – na tarefa de estudar os problemas do ensino superior brasileiro. Seis comissões iniciais: teorização, crítica cultural à universidade, crítica político-social, crítica à estrutura da Universidade (duas comissões) e inserção da universidade na região geo-



# luz da crítica



econômica. Pós discutidos os relatórios, uma comissão de tática reuniu-se e traçou as diretrizes da luta pela reforma no plano concreto.

O seminário, em seu estudo teórico da universidade, denunciou a falsidade ideológica da chamada “educação para o desenvolvimento”, tal como é entendida nos planos de governo. Tal forma é a consagração de um tecnicismo desumanizante, voltado unicamente para as necessidades industriais do país e sem atender à demanda de outros setores sociais. Por outro lado, não deixou sem profunda crítica o humanismo alienado, atualmente em voga no ensino superior, que consiste em dar ênfase aos chamados “cursos de humanidades” que não passam de amontoados inconsistentes de conceitos tão gerais quanto vagos.

## Os objetivos da reforma

Pretendem os estudantes fazer da universidade: a expressão das necessidades sociais do povo; a negação de qualquer dogmatismo; uma frente cultural ativa na revolução brasileira.

No decurso dos debates e enfatizados em vários relatórios, ficaram patentes os principais objetivos da reforma: transformar a universidade em instituição que confira ao estudante uma visão global do seu tempo e do seu meio; fazer da universidade cérebro pensante da sociedade brasileira; democratizar o ensino, pela abertura dos programas e currículos a todas as informações culturais existentes, bem como

pela concessão de maiores possibilidades de acesso popular a ele; elevar o nível profissional e técnico do estudante.

Como se vê, ao contrário das outras teses reformistas em voga, principalmente oficiais, a reforma, do ponto de vista do estudante, não pretende apenas transformar a superfície, aperfeiçoar o que se ensina. Atinge igualmente o problema de a quem e como se ensina.

O relatório da comissão de tática alinha, por outro lado, várias das resistências à mudança universitária, os fatores que obstruem a reforma. Os principais: a estrutura subdesenvolvida brasileira; reação das cúpulas políticas a qualquer transformação estrutural; as verbas reduzidas e seu mau emprego; a recente lei de diretrizes e bases, que nada mais faz senão sancionar a situação vigente; vários dos princípios constitucionais, com o que assegura a vitalidade da cátedra; falta de politização da massa estudantil; o compromisso de grande parte do corpo docente com a situação vigente.

Igualmente o seminário recomendou a formação de órgãos especiais em todos os diretórios e entidades estudantis, a fim de dar mais funcionalidade à luta pela reforma. Tais órgãos teriam como tarefa imediata e fundamental despertar os estudantes para a reivindicação aos Conselhos Universitários da participação de 1/3 dos estudantes na composição dos mesmos, visto que a lei de diretrizes é omissa sobre o assunto. Tais órgãos deveriam também ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base.

Participante do seminário, é evidente que poderíamos dar ao público uma reportagem completa do mesmo, transcrevendo desde os problemas de teorização até as

questões particulares, como tempo integral, bolsa de estudos e similares. Ainda mais que uma das características do conclave foi a seriedade com que encarou as questões relativas à reforma, dentro de um clima de humildade intelectual e de aplicação exhaustiva aos temas, os quais abordavam o que há de principal na universidade brasileira. Parece-nos mais importante, porém, fazer algumas anotações sobre o que nos parece ser o sentido do encontro de Curitiba e sobre o que sem dúvida representou de avanço para o movimento universitário.

Em primeiro lugar temos a seu próprio decurso, tanto quanto se pautou pela presença de um espírito de estudo e não só de estudo. O número de votações foi mínimo, o de debates, máximo. Quanto à composição, o seminário recebeu, sem dúvida, os estudantes que mais se dedicam e estudam o assunto. Mais importante, porém, foi o resultado do seminário – a Carta do Paraná, redigida no seminário, contendo de forma orgânica suas conclusões, consegue abordar a questão da universidade de maneira a mais inteligente, analisando todas as facetas do problema com propriedade. Ela se acresce à chamada Carta da Bahia, que resultou do primeiro seminário, realizado em maio do ano passado, como algo mais deputado e mais sério, mais completo.

### A perspectiva estudantil

O importante da análise estudantil do problema da universidade brasileira não é, entretanto, sua contribuição técnica sobre a questão. Está claro que a formação de institutos, organização de programas e outros problemas, são muito melhor esclarecidos por técnicos em ensino, cuja formação se dirige exatamente para esse campo. O que



o estudante traz é uma perspectiva, a de componente existencial do processo de educação, a de paciente do ensino superior brasileiro. Com isso, ele coloca entre parênteses, desde logo, as soluções técnicas que se vêm apresentando para a universidade: o problema deixa de ser técnico, frio e neutro, para ser político, exigindo a reivindicação de quem participa.

Daí porque a nenhum técnico oficial, ou expert em educação, foi possível equacionar seriamente a



ção Rockefeller a uma escola de medicina para que reduza à metade suas vagas para receber dotações em dólar. O que significa reduzir ainda mais as possibilidades de acesso ao ensino superior.

## Universidade e cultura

Outra questão tratada com bastante seriedade no seminário foi a do emprego dos movimentos de cultura popular, que ora se espalham pelo Brasil, para forçarem a universidade a voltar-se para as manifestações culturais e de interesses sociais populares.

Foi rejeitada pelo seminário, porém, toda e qualquer tendência exclusivista quanto à reforma. Enquanto problema apenas do estudante, a reforma não passa de uma reivindicação local, vale dizer, não tem senão uma dimensão reduzida de melhor ensino ganho pessoal de privilegiados sociais. A reforma só é global porque a universidade é um problema popular. De fato, a universidade não é problema para aqueles que dela usufruem, membros da classe dominante, e que a utilizam para o fim de justificar, cotidianamente, a espoliação que exercem sobre o povo. A universidade só é problema para o povo na medida em que, inicialmente, não se abre a ele como instituição a serviço de todos e nada corporifica o conjunto de conhecimentos usados contra ele, como classe.

Assumindo tal posição, os universitários que se reuniram em Curitiba souberam inserir a reforma universidade no movimento mais global da revolução brasileira, compreendendo que, se é possível conseguir vitórias, no atual estágio, sobre a velha estrutura do ensino brasileiro, a vitória final só a teremos concomitante com a vitória final do povo.

questão da universidade – preocupados com os modelos perfeitos, com a tipologia científica em que se perdem, o máximo a que chegaram os técnicos foi a estruturas perfeitas de universidade padrão (padrão formal e padrão de alienação), como no caso da Universidade de Brasília, que recebeu acerbas críticas do seminário.

Na crítica cultural à Universidade, o seminário procurou demonstrar que a universidade brasileira é alienada: não atende às exigências

nacionais e populares do Brasil de hoje, dobrando-se, isso sim, a uma realidade estranha, européia ou norte-americana. Demonstrou igualmente como a universidade brasileira é permeável à dominação externa do país, quer pelos financiamentos que recebe de instituições educacionais estrangeiras, quer pelos modelos de ensino que adota. Foram citados exemplos de escolas de agronomia que estudam tipos do terreno dos Estados Unidos (isto é sério!) ou de exigências da Funda-



DÉCADA DE 60 E NEOLIBERALISMO

# Anos de

Foto: Arquivo/Agência O Globo



# chumbo na Universidade

O golpe militar veio abortar o movimento que exigia mudanças de caráter popular nas universidades no início da década de 60. A partir daí, foram grandes as transformações ocorridas, sempre tuteladas por interesses norte-americanos. Este texto, de autoria do hoje jornalista **Antonio Martins**, publicado no jornal **Universidade da UNE**, em 1985, descreve como se operaram essas transformações. E ajuda a entender o modelo que temos hoje, que fundou suas raízes neste período

**A** modificação da estrutura de ensino superior do Brasil não foi obra que se realizasse em pouco tempo, nem à margem das demais alterações política e econômicas havidas no país. Bem ao contrário, a universidade sempre acompanhou os rumos da orientação política geral do país. Quando a sociedade exigiu reformas, ganhou força na universidade o espírito crítico e o anseio por mudanças. Quando a sociedade, sufocada pelos “argumentos da força”, mergulhou sob o autoritarismo, tampouco a Universidade pôde sair ilesa. Qual é, então, a história das alterações na nossa estrutura universitária e quais os pontos de contato com as alterações operadas na sociedade?

A partir de 1946, fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos despontaram como maior potência capitalista. Em contraste com uma Europa destruída, os americanos haviam desenvolvido sua indústria no esforço para vencer uma guerra que ocorria em outro continente. Donos da economia mais poderosa, passaram a exercer gigantesca influência em toda a Europa Ocidental, em quase toda África, em parte da Ásia, inclusive o Japão, e particularmente na próxima e frágil América Latina. Esta influência foi marcada pelos empréstimos e pela implantação das gigantescas em-

presas americanas em inúmeros países. Esse capital soube encontrar nos países em que penetrou parceiros e aliados poderosos, que defendiam modificações nas instituições locais, de modo que melhor servissem aos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos chegaram a patrocinar financeiramente campanhas eleitorais dos “aliados”, boicotes e desestabilização dos governos considerados hostis, golpes de Estado, como já foi fartamente documentado.

A expansão incessante desse imperialismo exigia na América Latina um sistema universitário que formasse um contingente de trabalhadores especializados suficiente para suprir as necessidades das empresas americanas que se instalavam. O sistema em vigor até 1964 não supria estas exigências. A intervenção se fez de forma clara. No final da década de 50, os Estados Unidos patrocinaram em Punta Del Este, Uruguai, uma reunião entre um representante do governo americano e representantes dos Ministérios da Educação de todos os governos do continente. Era a primeira tentativa de estabelecer uma ação que reorientasse o ensino superior da América Latina para atender aos interesses dos EUA.

Após 1964, com a vitória política das forças comprometidas com os interesses do capital estrangeiro, foi

## DÉCADA DE 60 E NEOLIBERALISMO

mais fácil levar adiante a adaptação da universidade. Em 1965, o MEC, através de sua Diretoria de Ensino Superior, convida o professor Rudolf Atcon para realizar um estudo sobre a reformulação estrutural da Universidade brasileira. Autor de um relatório que levou o seu nome, Atcon propunha que os EUA deveriam “consagrar a máxima atenção, quando não interferir diretamente nesta instituição social chamada universidade, (...) desenvolver uma política educacional para o continente, (...) criar e manter serviços de consultoria para as universidades latino-americanas, (...) transformar as universidades estatais em fundações privadas, (...) eliminar a interferência estudantil na administração, (...) colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes num prazo de dez anos”. Sua missão teria como efeito imediato a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, por ele organizado e estruturado, a tal ponto que chegou a ser seu primeiro secretário, entre 1966 e 1968.

A interferência norte-americana nos assuntos da universidade brasileira seria institucionalizada através de compromissos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United Agency for International Development – os dois acordos MEC-Usaid. Assinados em 23 de junho de 1965 e em 9 de maio de 1967, visavam reestruturar a universidade brasileira, prevendo “a concessão de 40 bolsas de estudo nos EUA para ocupantes de posições-chave na administração”. E iam mais longe, constituindo a EPES – Equipe de Planejamento de Ensino Superior do MEC, composta por 5 brasileiros e 5 americanos, tendo por finalidade, entre outros itens, determinar o que constituiria um sistema de ensino

ideal para o Brasil e apresentar medidas e reformas consideradas necessárias ao sistema.

Uma ingerência tão profunda e abrangente, desenvolvida sob as vistas das autoridades federais e mesmo incentivadas por elas, não poderia deixar de produzir enormes deformações na universidade brasileira.

O período que vai de 1965 a 1983 registra um descompromisso sem precedentes do Estado para com o sustento financeiro do ensino superior. A parcela do orçamento da União destinada ao MEC caiu de 11,07% para 3,2% entre esses anos, número que coloca o Brasil num vergonhoso 85º lugar entre as nações. Paradoxalmente, a universidade viu seu número de alunos aumentar de 142 mil para 1 milhão e 400 mil entre 1964 e 1981. Como isso foi possível?

O regime vitorioso em 1964 caracterizou-se pela concessão de inúmeras vantagens à penetração maciça de recursos, empresas e tecnologia estrangeiros. Os generais viam nesses capitais a única maneira de fazer com que o país atingisse altas taxas de desenvolvimento econômico. Era necessário, pois, facilitar sua penetração, criar para eles condições atraentes. Entre outras medidas, o regime revogou a Lei de Remessa de Lucros, promovendo uma reforma tributária centralizadora, assegurou o fornecimento de energia a baixo custo, criou uma poderosa estrutura de transportes e comunicações. E mexeu na universidade, alterando radicalmente sua estrutura de financiamento e suas próprias finalidades. O novo modelo de desenvolvimento que se implantava no país reservou ao ensino superior papel singular. Em vez de preocupar-se com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica



**Golpe militar de 1964:**  
tanques militares pelas ruas  
do Rio de Janeiro

para atender às necessidades nacionais – como propunham os setores progressistas da população –, deveria tornar-se centro formador de um contingente numeroso de técnicos qualificados necessários ao modelo dependente de desenvolvimento que aqui se iniciava.

A mão-de-obra que os capitais estrangeiros precisavam encontrariam entre a classe média, que, atingida pelo processo acelerado de concentração econômica, viu ainda mais reduzidas as possibilidades de ascensão através do estabelecimento de pequenos negócios ou do exercício de profissões liberais. Aumentou enormemente a demanda por

tristemente célebres “cursos vagos”, que funcionam apenas nos fins de semana. Enquanto a legislação fixa a universidade como regra da instituição de ensino superior, havia em 1984 cerca de 70 universidades e 800 escolas isoladas. Na rede privada, 64% das matrículas realizavam-se nestas últimas.

Livres de qualquer tipo de controle, as escolas particulares ministram cursos de péssima qualidade. Embora ofereçam duas vezes mais vagas que a rede pública, empregam 30% menos professores – e contratam quase que exclusivamente professores horistas, sendo raríssimos os casos de contratação em regime de período integral. Do mesmo modo, respondem por apenas 2% das pesquisas universitárias realizadas.

A expansão indiscriminada da rede particular e reduzida rede pública deu origem a uma situação contraditória e injusta: a alta concorrência nos vestibulares das escolas públicas faz com que aí ingressem majoritariamente alunos de maior poder aquisitivo, egressos de boas escolas secundárias – justamente as (bem) pagas. Resta ao alunado proveniente do ensino público de segundo grau – de nível baixo – contentar-se em cursar a universidade privada, paga e ruim, mas de acesso menos concorrido. Esses alunos terão menos oportunidades no mercado de trabalho, eternizando-se um mecanismo de discriminação social.

### **Ciência sem recursos**

Enquanto a rede particular cresceu, amparada nos incentivos fiscais, a universidade pública – justamente aquela que encarnou um patrimônio de ensino, pesquisa e extensão construído com sacrifício da sociedade – sofreu um processo



ensino universitário, entre 1964 e 1968, segundo dados do professor Luiz Eduardo Cunha. Enquanto o número de candidatos ao vestibular cresceu 120%, as vagas aumentaram apenas 50%, surgindo o problema dos excedentes, alunos aprovados com média superior a 5 nos vestibulares e que não podiam cursar a universidade por falta de vagas.

### **O filho dileto do modelo**

A necessidade de mão-de-obra razoavelmente especializada e a procura enorme de vagas serviam de base para que o governo estimu-

lasse a quase completa privatização do ensino superior brasileiro. Se as vagas em escolas públicas representavam 60% do total em 1964, hoje (em 1985) são apenas 30%. A partir de 1968 foram concedidas inúmeras facilidades para que se instalasse no país uma vasta rede de estabelecimentos privados de ensino superior. Além de conceder subsídios diretos ou indiretos (como a isenção de impostos) o MEC deixou na prática de exercer sobre estes estabelecimentos qualquer ação fiscalizadora. O Conselho Federal de Educação passou a autorizar o funcionamento de um sem-número de institutos isolados ou mesmo dos

sistemático, profundo e prolongado de esvaziamento. O desenvolvimento dependente prescindiu do incentivo à pesquisa científica e tecnológica realizada no país. A comunidade universitária e científica brasileira ficou à margem do desenvolvimento industrial e agrícola. Os setores mais dinâmicos da economia – a indústria automobilística, a químico-farmacêutica, a nuclear, para citar alguns exemplos – dependem de projetos importados, pelos quais se pagam vultosas somas anuais em royalties.

Dados fornecidos pela SBPC demonstram que o Brasil investe em pesquisa científica apenas 0,2% de seu PIB, enquanto outros países investem 2,5%. Desse pequeno montante investido, uma parcela considerável não passa pela universidade. É destinada a agências federais como CNPq, a FINEP e a Capes, entidades sobre as quais a população tem escassos mecanismos de controle.

Além de destinar à pesquisa científica na universidade recursos irrisórios, o governo abriu canais para que a própria rede pública tivesse que recorrer a interesses privados. Das 25 universidades federais, estaduais ou municipais criadas a partir de 1964, absolutamente todas funcionam sob regime de fundação, o que significa que pelo menos 1/3 de seus orçamentos deve provir de fundos particulares. Em condições de arcar com estes fundos encontram-se principalmente ou empresas multinacionais ou grandes grupos monopolistas brasileiros. A dependência financeira de capitais privados conduz obviamente à influência desses capitais na definição do que será ensinado e pesquisado na universidade. Na Unicamp – Universidade de Campinas – uma empresa ajudou a criar um curso de Engenharia Agrícola

para a criação de projetos de seu interesse. Depois de satisfeitas suas necessidades, retirou todo o apoio do curso – laboratório, infra-estrutura etc. Apenas através de muita luta foi possível recompô-lo.

Por fim, seguindo as recomendações do Relatório Atcon e procurando descomprometer-se de forma total com a sustentação do ensino superior, o governo tramou a cobrança de mensalidades na rede universitária pública. Para isso, argumentava que essas escolas eram frequentadas justamente pelos estudantes de renda familiar mais alta – como se isso não fosse exatamente consequência da privatização do ensino levada a cabo pelo próprio governo, e como se fosse possível à universidade realizar distribuição de renda. A tentativa começou com a cobrança de taxas, a princípio reduzidas, de matrículas, atestados e alguns cursos extracurriculares –, algumas escolas chegaram a cobrar mensalidades. Essas taxas seriam elevadas progressivamente, até que se atingisse uma situação de cobrança efetiva do ensino ministrado na rede pública. Deve-se à resistência da comunidade universitária – particularmente do movimento estudantil, que contra ela movimentou-se mesmo no período de maior repressão – o fracasso dessa iniciativa, que terminaria por privar a população de um direito a muito custo conquistado.

### **A resistência golpeada**

Obviamente que essa ação no sentido de desviar os objetivos do ensino superior brasileiro não poderia ficar sem reposta. O movimento estudantil, enquanto pôde se articular, concentrou seus esforços na denúncia e na mobilização contra os Acordos MEC-Usaid e a “Reforma Universitária” do regime. Vi-

Foto: Arquivo/Agência O Globo



**1968: passeata dos 100 mil**

sava esclarecer a população sobre o caráter claramente antinacional das mudanças, e o desastre representado por se descaracterizar e desvirtuar um patrimônio nacional. O período de 1964 a 1968 foi marcado por manifestações de rua, greves e protestos contra os planos do governo.

Este reagiu reprimindo a comunidade universitária. A repressão, aliás, já iniciara ao primeiro dia do golpe, quando o prédio da UNE foi incendiado. Mas o pior estava por vir. A Lei Suplicy de Lacerda e mais tarde o Decreto-Lei 228 proibiram o funcionamento da UNE, das UEEs e dos CAs, instituindo o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), os Diretórios Estadu-



## Autoritarismo institucionalizado

Os estatutos e regimentos universitários brasileiros sempre tiveram caráter conservador, com poder interno concentrado nas mãos de um reduzido número de professores altamente graduados. O modelo implantado a partir de 1964 aprofundou estas características. Nas fundações, o reitor passou a ser simplesmente nomeado pelo Presidente da República, que não mais necessitava basear-se sequer em listas tríplices preparadas pelos Conselhos Universitários. Nas autarquias, os conselhos foram obrigados a elaborar listas que agora constavam de seis nomes.

Também foi inibido o processo crítico inerente à própria instituição. Além dos Decretos e Atos Institucionais, foram criadas as Assessorias de Segurança Interna – ASIs –, que visavam estabelecer rígido controle ideológico. Segundo denúncia formulada e comprovado no “Livro Negro da USP”, mesmo os professores aprovados em concurso só eram contratados após parecer favorável destes organismos.

A violência contra as instituições assumiu caráter intervencionista. A UnB e a UFMG, onde se desenvolviam experiências democratizantes de ensino, pesquisa e administração, sofreram intervenção federal, com a destituição de seus reitores. E tornaram-se crônicos os casos de invasões dos *campi* por tropas policiais e mesmo do Exército.

Golpeada e amordaçada a comunidade universitária, avançava o “novo” projeto, cuidadosamente erguido através de uma ação organizada e sistemática – um verdadeiro presente dos militares às multinacionais.



ais dos Estudantes (DEEs) e os Diretórios Acadêmicos (DAs), todos submetidos a estatutos castradores e a rígido controle por parte do governo. Mais tarde, o decreto-lei 477 atribuiu ao MEC o poder de afastar da universidade por três anos estudantes considerados “subversivos”. Os professores podiam ser demitidos e ficar até 5 anos impedidos de exercerem atividades universitárias. Estes dispositivos e os atos institucionais afastaram dos bancos escolares parcela significativa dos professores de maior gabarito e de renome internacional, amputando as instituições.

Como as entidades continuavam a funcionar, derrotando na

prática o plano de atrelar o movimento estudantil ao MEC, o governo passou a utilizar contra elas métodos terroristas. Desistiu de criar o DNE e os DEEs. Perseguiu, prendeu, torturou, exilou, muitas vezes ao arripio de suas próprias leis, quem procurasse de algum modo articular a resistência. Levantamento realizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia revela que, entre casos conhecidos chega a 126 o número de estudantes mortos ou desaparecidos após o golpe militar. Destes, sete eram diretores da UNE, inclusive seu último presidente pré-reconstrução, Honestino Guimarães, preso no Rio de Janeiro em 1973 e nunca mais visto.

# A falência

Quando o regime militar ruiu, escancarou-se a situação falimentar das universidades públicas e a ineficiência do modelo privado de ensino superior. Grande contribuição para denunciar e abrir caminho para a democracia foi dado pelo movimento estudantil, em condições de grande repressão. Publicada também em 1985 no jornal *Universidade da UNE*, essa história é resgatada pela *Movimento de hoje*

*Por Antônio Martins*

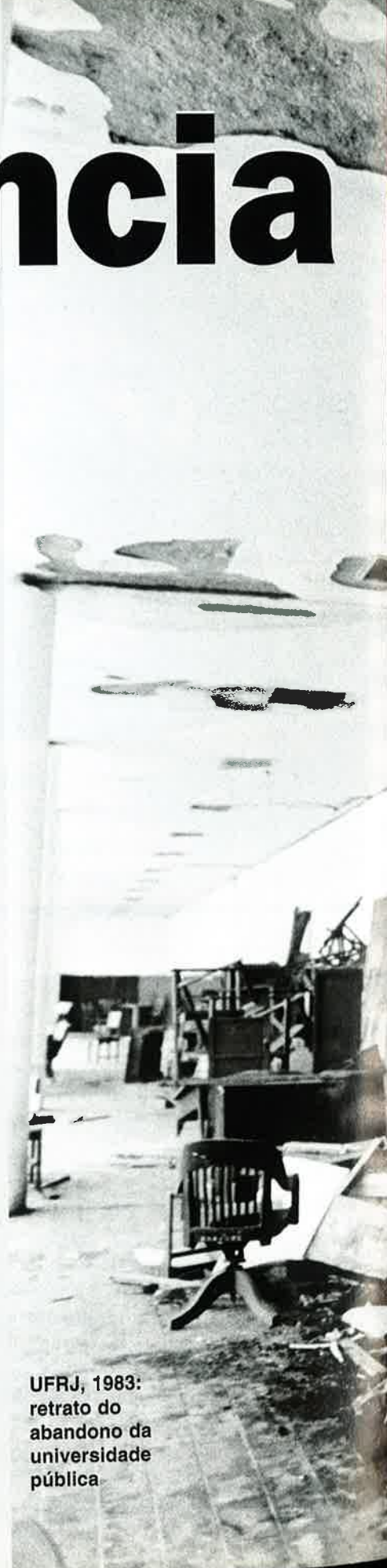
**E**nquanto a economia brasileira ostentou taxas elevadas de crescimento, foi possível sustentar a universidade montada pelo regime. Os sucessivos ministros da Educação não cansaram de alardear a “democratização” do ensino superior, de que seria sintoma o número sempre maior de vagas e matrículas.

Ocorre que este crescimento econômico assentava-se sobre bases falsas. Em primeiro lugar, esteve sempre baseado em empréstimos externos. Em segundo, a produção agrícola e industrial voltou-se sempre ao mercado internacional – o arrocho salarial e a pauperização do povo impediram a formação de um mercado interno que sustentasse nosso desenvolvimento.

Tal modelo esgotou-se em pouco tempo. Em vez de alavancas, os empréstimos revelaram-se gigantescos obstáculos ao nosso progresso independente. Em 1984, o

país já havia pago em juros e amortização volume equivalente ao total que nos fora emprestado entre 1964 e aquele ano. Ainda assim, continuávamos com uma dívida de 100 bilhões de dólares – a maior do mundo. Os juros, fixados unilateralmente, pelos credores e acrescidos de “taxas de risco” representavam um tremendo ônus à nossa economia e acabaram transformando o país, rigorosamente, em exportador de capitais. Para se ter uma idéia da sangria representada pela dívida basta saber que em 1984 o país pagava anualmente, a título apenas de juros e amortizações, 10 bilhões de dólares. Este valor é equivalente ao total aplicado na construção de Itaipu, a maior hidrelétrica do planeta.

O regime obrigou as massas populares a pagarem pela crise. Partiu para um arrocho salarial ainda maior, os cortes dos subsídios, a contenção de despesas no orçamento da União e das empresas esta-



UFRJ, 1983:  
retrato do  
abandono da  
universidade  
pública

# do modelo



tais, a paralisação de obras importantes. Mergulhou o país numa profunda recessão. A recessão representaria um golpe sério em nosso sistema universitário.

Atendendo ao que exigiam os acordos firmados a partir de 1982 com o FMI, foram cortadas as despesas de vários ministérios, inclusive o MEC. Descontada a inflação, seu orçamento em 1984 correspondia a 37,5% do que era em 1981, segundo o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. A universidade pública, já carente de recursos, entrou em colapso. Um dossiê elaborado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro alertava que o “montante de recursos para custeio e manutenção atribuído ao conjunto das instituições de ensino superior em 1984 representa a ínfima parcela de 1/15 de suas reais necessidades”. Em consequência, a pesquisa científica entrou em colapso. Na própria UFRJ, alguns dos projetos paralisados por falta de recursos visavam identificar a doença de Chagas em estado precoce e estudar a produção de magnésio.

A carência de verbas também desestruturou programas fundamentais de extensão, com enorme custo social. Em 1984, treze hospitais universitários foram desativados total ou parcialmente. O hospital da Universidade Federal de Minas Gerais anunciou publicamente seu fechamento, enquanto que o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul obtinha um aumento de verbas de 70%, con-

tra uma inflação de 211%.

Finalmente, a crise de recursos achatou drasticamente os salários de professores e funcionários. Com relação ao ano de 1970, seus vencimentos haviam perdido 40% do poder aquisitivo. A situação assumia contornos dramáticos. Em agosto, a maioria dos professores – pertencentes à categoria de assistentes – era obrigada ou a abandonar a universidade, desfalcando-a de talentos, ou a sobreviverem a custa de “bicos”, desviando-se na prática da dedicação plena às atividades universitárias. Pressionados pelo arrocho, professores e funcionários lançaram-se a partir de 1981 em grandes movimentos grevistas, acompanhados por manifestações de rua que exigiam melhores verbas e salários. Em 1984, um desses movimentos chegou a prolongar-se por 82 dias.

### **Salas vazias**

Se a crise estrangulou a universidade retirando-lhe o sustento financeiro, ela também minou o mercado de trabalho dos profissionais universitários, contribuindo para a desvalorização ainda maior do ensino superior. Em grande medida, ele deixou de ser o canal de ascensão social. Mesmo as grandes empresas deixaram de absorver profissionais universitários, promovendo, ao contrário, dispensas em massa. Em 1981 havia milhares de médicos desempregados e a cada ano mais 2 mil deixavam a universidade sem encontrar colocações profissionais. Nesse mesmo ano, havia, apenas no Estado de São Paulo, 18 mil engenheiros desempregados. Embora continuasse carente dos serviços prestados por estes profissionais, a população, empobrecida pelo modelo concentrador de renda, não tinha acesso a eles.

A deterioração das possibilidades de emprego foi um dos fatores que determinou na rede de ensino privada o abandono dos estudos em larga escala. O outro foram os aumentos extorsivos das mensalidades. O arrocho salarial impediu que enormes contingentes de alunos continuassem custeando seus estudos. Se em 1981 o total geral de matrículas atingiu a cifra recorde de 1.392 mil, no ano seguinte já caía para 1.203 mil. Nos estabelecimentos particulares a queda foi mais brutal: de 643 mil para 522 mil, 19% num só ano a nível nacional, chegando a 25% em São Paulo.

De fato, o Conselho Federal de Educação passou a aprovar índices de aumento de mensalidades bem acima dos reajustes salariais pagos aos professores. Um estudo realizado pela Associação dos Professores da PUC-SP demonstra que, em 1983, para um aumento de mensalidades de 126,02%, o reajuste salarial foi de 109,5%. Como cerca de 95% dos gastos das escolas referia-se a pagamento pessoal, as diferenças haviam se convertido em lucros extras para as “mantenedoras”.

### **Reacesa a luta**

Se este último período representou a falência do modelo de ensino superior, ele correspondeu também à retomada da luta democrática dos estudantes e da comunidade universitária. Em 1975 ocorreu na USP, na Escola de Comunicação e Artes, a primeira greve de estudantes após a edição do AI-5 e a perseguição sistemática às entidades. Os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais de Estudantes, formalmente atrelados ao MEC, eram disputados por estudantes comprometidos com a luta democrática, que passaram a



dirigi-lo em sua grande maioria. Aos poucos, foram organizados os ENE – Encontros Nacionais de Estudantes, que preparavam a rearticulação nacional do movimento estudantil. O regime, desejando impedir a emergência de qualquer atividade oposicionista, tentou impedir que eles prosseguissem. Em 1978, em Belo Horizonte, empregou um gigantesco aparato repressivo para impedir a realização do III ENE, prendendo centenas de estudantes. Mas, isolado por manifestações de descontentamento que partiam de inúmeros setores, foi obrigado a aceitar a realização do XXXI Congresso da UNE, em maio de 1979, quando foi reconstruída a entidade.

Já em 1977 haviam recomeçado as passeatas, os atos públicos, os dias nacionais de protesto. Os

6.673, que assegurava ao Presidente da República o poder de nomear e demitir, a qualquer tempo e a seu bel-prazer, os reitores destas universidades. A comunidade universitária passou a reivindicar também a democratização dos estatutos e regimentos internos.

Consequência da maré democrática que percorria toda a sociedade, mesmo um grande número de reitores, diretores, chefes de departamento e alguns Conselhos Universitários assumiam posicionamentos progressistas e ousavam posicionar-se sobre temas nacionais. Em 1984, o Conselho Universitário e a reitoria da Unicamp destacaram-se por defender abertamente a reserva de mercado para a indústria nacional de computadores. Nesse mesmo ano o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o célebre Crub criado por inspiração do professor Rudolf Atcon, assumia postura democrática ao afirmar que “em consequência (da falta de verba) nossas universidades não têm como renovar e reparar seus equipamentos de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações, operar seus hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transportes, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio”.

Apesar do avanço da luta democrática, ela ainda estava limitada pela legislação federal autoritária e principalmente pela manutenção de um regime que insistia em apostar num projeto de universidade contrário aos interesses nacionais e já também falido. Uma nova universidade estava na dependência de uma verdadeira Reforma Universitária. Apenas a vitória da oposição na sucessão presidencial de 1985 pode criar as condições para esta reforma.



Manifestação dos estudantes da UFRJ contra corte de verbas, em 1984

estudantes constituíam-se no primeiro setor a sair novamente às ruas desafiando a repressão e lutando pelas liberdades democráticas. Em 1980, a expansão do movimento permitiu a realização de uma greve nacional e manifestações durante 3 dias por mais verbas para a educação. Desenvolveu-se também a luta contra a cobrança de mensalidades extorsivas nas escolas pagas, através dos boicotes organizados.

Também os professores em seu conjunto passaram a assumir uma postura mais crítica em relação ao modelo universitário. Em 1979 desenvolve-se na USP o I Encontro Nacional das Associações de Docentes. Pouco mais tarde seria organizada, pela primeira vez, uma entidade de professores universitários – a Andes. E a Fasubra – Federação das Associações de Servido-

res das Universidades Brasileiras, renovada, passou a integrar a luta da comunidade universitária.

Essa luta atingiu patamar superior quando passou a questionar a estrutura autoritária das instituições. Em 1980, na PUC de São Paulo, realizou-se pela primeira vez uma consulta direta à comunidade para indicação do reitor. A realização de processos democráticos para eleger os ocupantes dos cargos executivos tornou-se reivindicação nacional dos estudantes, professores e funcionários. Em 1984, em todas as universidades públicas que funcionavam sob o regime de Fundação, a comunidade montou, através do voto direto, as listas sêxtuplas que serviram de base para a indicação de seus reitores. Essa conquista foi possível pela revogação de dispositivo incluído na Lei



Sob orientação do Banco Mundial, o Brasil e praticamente todos os países latino-americanos experimentam grandes transformações durante as décadas neoliberais, que aqui começam com a eleição de Fernando Collor, em 1989. As reformas privatizantes são dissecadas neste texto, publicado pela UNE originalmente em 1996. Vale a pena ser lido, até porque muitas das idéias aqui apresentadas continuam vivas, mesmo com a derrota do projeto neoliberal no Brasil

# A reforma neoliberal

**E**m 1993, o Departamento de Políticas Educativas e Sociais do Banco Mundial, com a preocupação de atualizar sua formulação sobre o ensino superior, elaborou um documento chamado “La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia”. Esse documento constitui-se no manual de reforma do ensino superior que dá suporte às ações da instituição para a intervenção nos assuntos internos dos países em desenvolvimento.

O estudo faz parte de um plano de ações consecutivas que o BM vem adotando já a algum tempo. Em um relatório confidencial de 1988, era recomendado ao governo brasileiro a seguinte estratégia para universidades públicas: “Os passos graduais que devem ser introduzidos a curto prazo são: taxa para inscrição e matrícula e eliminação de recursos para gastos desnecessários, tais como comida nos restaurantes universitários, alojamentos estudantis, livros, uso de laboratórios e estacionamento (...) O objetivo a longo prazo é introduzir taxa de mensalidade e matrícula para todos aqueles que possam pagar, além de programas de empréstimos para estudantes que necessitem de assistência financeira e bolsas de estudos para os de baixa renda que se destaquem”.

O documento faz uma análise geral da situação das instituições de ensino superior no mundo em desenvolvimento apontando suas discordâncias com os modelos. Primeiro diz que a expansão deste nível de ensino não acarretou aumento do número

de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, mantendo-se, portanto, seu caráter elitista. Assinala que não só vem diminuindo o gasto por estudante destinado à educação superior, principalmente pública, como ainda são aplicados de forma ineficiente. Fala da sub-utilização da estrutura das instituições, da duplicação desnecessária de programas e cursos, altas taxas de evasão e repetência, excessivos gastos do orçamento universitário destinados a gastos não-educacionais, como moradias e restaurantes estudantis, bolsas, subsídios etc. Diz que na América Latina o custo de um graduado nas universidades públicas é sete vezes mais alto que nas universidades privadas. “Estes elevados subsídios aos estudantes das universidades públicas constituem não só uma inversão educacional ineficiente sendo também um gasto social regressivo, posto que os estudantes matriculados nas universidades provêm em forma desproporcionada do extremo superior da escala de ingressos.” (BM, pg.3)

## O remédio é mais veneno

Partindo do que denomina “lições da experiência” o Bird proclama as receitas de como lograr eficiência, qualidade e equidade no ensino superior. Oferece, então, quatro diretrizes para que os países alcancem a transformação de suas instituições de ensino superior:

- a – Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas
- b – Proporcionar incentivos para que as ins-

**Universidade na escuridão: falta de recursos provoca corte de energia na UFRJ em 2002**

Foto: Arquivo/Agência O Globo

tuições públicas diversifiquem as fontes de financiamento com, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados

- c – Redefinir a função do governo no ensino superior.
- d – Adotar políticas que priorizem os objetivos da qualidade e equidade.

A tradução desta receita é a privatização do ensino superior, como fica mais claro ao analisarmos detidamente cada uma das propostas do Banco Mundial.

### **A diversificação e o apoio ao ensino privado**

*O modelo tradicional de universidade européia de pesquisa, com sua estrutura de programas em um só nível, tem se demonstrado caro e pouco apropriado no mundo em desenvolvimento.* (BM, pg.5)

Podemos dizer que as motivações que levam o Banco a estabelecer tal política são de três ordens. Primeiro, existe uma enorme demanda de jovens por ensino pós-secundário, sendo necessário ampliar rapidamente a sua oferta sob o risco de, caso continue o atual quadro, se generalizar a insatisfação, que leva à instabilidade política.

Em segundo lugar, se há a necessidade de aumentar a oferta de vagas, esta não poderia, para o Bird, ser feita através do sistema de universidades que desenvolvam o ensino aliado à pesquisa e a extensão, por ser pouco barato. Faz-se necessário então o desenvolvimento de instituições não universitárias, que só desenvolvam a parte relacionada ao ensino, dissociado da pesquisa.

Por fim, se há necessidade do aumento do número de vagas alia-

do ao baixo custo do sistema, nada melhor que a iniciativa privada para dar consecução a este tipo de projeto. O Banco aponta o Brasil como exemplo de país que conseguiu aumentar a oferta de vagas através do fomento a iniciativa privada. Sem o desenvolvimento de pesquisas, as instituições privadas poderiam se manter basicamente dos recursos advindos da cobrança de taxas e anuidades dos alunos. Porém, é indicado aos governos que propiciem o mesmo nível de tratamento às instituições privadas dispensado às públicas, inclusive incentivando financeiramente com recursos públicos as primeiras: “Os incentivos financeiros para estimular o desenvolvimento das instituições privadas só podem justificar-se em razão de que constituem uma forma de aumentar a matrícula a um menor custo para o governo do que o de ampliar as instituições públicas” (BM, pg.41).

### **Novas fontes de financiamento**

Com a crise financeira que afeta países em desenvolvimento, seria necessário buscar outras formas para o financiamento do ensino superior público. A receita para o financiamento das instituições de ensino superior são propostas bem conhecidas:

- a) Mobilizar mais fundos privados para o ensino superior em instituições estatais

A primeira opção oferecida é a participação dos estudantes nos gastos, por meio da cobrança de matrículas e mensalidades e a eliminação de gastos não relacionados com a instrução. Para o Banco Mundial, essa medida é justa pelo fato, segundo ele, de que a maioria dos alunos destas instituições vem

de famílias com boas condições financeiras; e ainda vêm elevado seu padrão de vida após a conclusão dos estudos. Segundo a experiência de países que já adotam este modelo, o Banco conclui que os recursos adquiridos através desta reforma cobririam pouco mais de 10% dos gastos totais de cada instituição.

Outra opção é a obtenção de fundo de ex-alunos e de fontes externas. O Banco cita o Chile como exemplo de país que vem incentivando este tipo de política, com isenções tributárias a empresas que invistam nas universidades.

Por fim, o oferecimento de recursos breves para formação profissional, os contratos de pesquisa para a indústria e os serviços de consultoria seriam outras formas que o BM indica para a alocação de mais fundos privados.

Segundo o documento, se forem realizadas com sucesso todas estas medidas, ao final, cerca de 30% do orçamento total das instituições serão substituídos por estes aportes privados.

- b) Proporcionar apoio aos estudantes qualificados que não podem seguir estudos superiores em razão do orçamento familiar ser insuficiente

Partindo do pressuposto de que, segundo a experiência de algumas nações, as famílias de classe média estariam dispostas a pagar pelo estudo de terceiro grau de seus filhos e que, segundo dados colhidos na América Latina, seria possível alcançar entre 25% e 30% do custo por estudantes do ensino superior através da cobrança de mensalidades, o BM reforça a necessidade de eliminação da gratuidade no ensino superior. Porém, reconhece que ainda algumas famílias, principalmente aquelas que possuem mais de um filho matriculado, encontra-



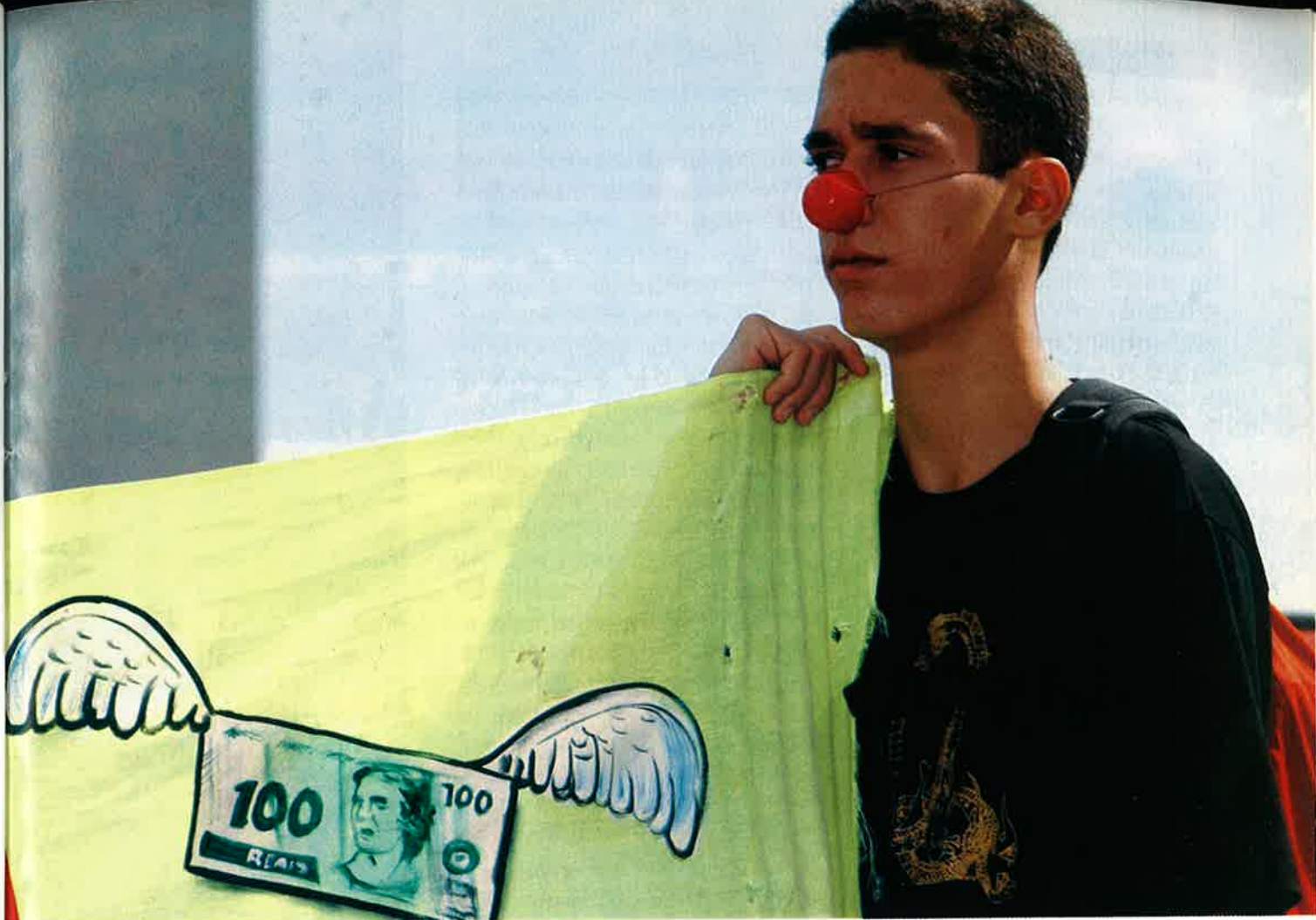


Foto: Marcello Casal Jr/ABr

riam dificuldade em pagar pelos estudos de seus filhos.

Os governos deveriam então proporcionar ajudas financeiras a estes alunos que enfrentam dificuldades financeiras. As opções oferecidas seriam planos de empréstimos a serem pagos após a graduação; empréstimos vinculados ao nível social (a quitação da dívida seria feita de forma parcelada por meio de sua vinculação direta a algum tipo de imposto, como o imposto de renda; e subvenções e programas de trabalho e estudo (vincula o subsídio a alguma forma de prestação de serviço pelo aluno).

c) Fomentar a eficiência na destinação e utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições estatais

O BM critica o atual sistema de destinação orçamentária pelos governos às instituições de ensino superior. Neste modelo, usado pela maioria dos países, o orçamento deve ser discutido todos os anos entre instâncias de poder e as instituições. O modelo indicado é aquele implementado Chile, denominado financiamento baseado na qualidade: *“As instituições recebem subsídios financeiros do governo por cada estudante que ingressa situado entre os melhores 27.500 classificados no exame de aptidão acadêmica que realizam anualmente todos os egressos das escolas secundárias. (...) O objetivo do programa é estimular a competição entre as instituições para melhorar sua qualidade e atrair assim os melhores estudantes”* (BM, pg 59).

## A redefinição das funções do Estado

*... Na maioria dos países em desenvolvimento, o grau de participação do governo no ensino pós-secundário tem extrapolado em muito o que é economicamente eficiente.* (BM, pg. 62)

O documento estabelece orientações para dimensionar a atuação do Estado no que diz respeito ao ensino superior e para adequá-lo aos objetivos do livre mercado. O êxito para a execução das reformas passaria pela mudança da modalidade de gestão de forma a atender aos seguintes princípios:

a) Estabelecimento de um marco coerente de políticas

Como orientação para organização dos sistemas de ensino su-

perior e sua fiscalização, estabeleceu a “função das políticas do governo”. O objetivo é fornecer um aparato legal que regulamente e organize o sistema na direção do abandono do controle estatal rígido, fomentando mais competitividade, com maior autonomia institucional e um sistema descentralizado de financiamento.

b) Apoio com incentivos e instrumentos orientados ao mercado para aplicar as políticas

Prega-se a integração do ensino superior às determinações do mercado, com a retirada do Estado da maioria das atividades hoje desempenhadas em relação a este nível de ensino. O próprio mercado é quem deve ditar as normas para o aumento de vagas, para o acesso e até mesmo para o reconhecimento legal das instituições e a divulgação da classificação dos cursos e instituições avaliados.

c) Maior autonomia e responsabilidade das instituições públicas

Este tópico trata da mais importante prerrogativa do ensino superior, a autonomia universitária. Para o Banco apenas uma maior autonomia institucional pode proporcionar o êxito da reforma do ensino estatal, principalmente tendo em vista a diversificação e o uso eficiente dos recursos. Esta autonomia seria alcançada através da descentralização das ações governamentais, repassando-as para as próprias instituições, incluindo as atribuições e funções relativas ao próprio financiamento.

### **Adaptação ao mercado**

*Em todos os países recentemente industrializados da Ásia Oriental se consultam os empresários, tanto formal como informalmente, acerca dos programas de estudo da*

*educação superior, e a orientação da pesquisa e o desenvolvimento para que atendam da melhor maneira as necessidades da indústria.* (BM, pg 86)

Após terem sido promovidas as reformas que permitam a ampliação da diversidade do ensino superior e a viabilidade financeira das instituições através da captação de recursos privados, o Bird acha necessário ainda que se atendam os seguintes requisitos: melhoria da qualidade do ensino superior e da pesquisa; receptividade à evolução das exigências econômicas (a grande ênfase é a vinculação das atividades do ensino superior ao setor privado); e maior equidade (o estabelecimento de cotas para minorias étnicas, mulheres e pobres é a principal proposta).

### **As verdadeiras intenções**

Os organismos internacionais bilaterais de financiamento como o FMI, o BID e o BIRD cumprem um papel importantíssimo no impulsionamento da implementação do modelo neoliberal nos países em desenvolvimento. Este modelo é baseado na perspectiva de que o mercado deve ser o verdadeiro regulador da economia e que toda e qualquer intervenção do Estado nesta área deve ser abolida ou, no mínimo, enfraquecida.

Mesmo o enfoque na prioridade do ensino básico faz parte desta política de mercado. É preciso, portanto, analisar as orientações inseridas no documento como um conjunto de medidas que visa adequar a educação superior dos países em desenvolvimento às necessidades do mercado.

O Banco privilegia todo o tempo uma visão sobre educação que não vincula a formação de cidadãos críticos e sim de mão-de-obra e o



fornecimento de serviços ao mercado. A questão é: nos países desenvolvidos, detentores da produção tecnológica, o principal capital do mundo de hoje, o mercado exige profissionais capazes de levar adiante tal nível de desenvolvimento e economia. Ao contrário, nos países em desenvolvimento o objetivo fundamental é a reprodução de tecnologias e serviços, restringindo a educação superior a essas áreas, estrangulando investimentos em pesquisa e investigação científica.



Foto: Mariana Capriles/Agência O Globo

temente realizada no Brasil revela que mais de 50% dos estudantes das instituições de ensino superior mantidas pelo governo federal vem de famílias com renda mensal inferior a 340 dólares.

O volume de recursos destinado ao ensino universitário na América Latina também é muito pequeno. Estudo realizado em 1994, por um professor do Harvard Institute for International Development, Dr. Fernando Reimers, demonstra que nosso continente investe menos por cada estudante de nível superior que todas as outras regiões do mundo. Mesmo os países da África subsariana investem três vezes mais por estudante universitário que a América Latina.

A orientação do Bird para que sejam criadas instituições de nível superior não universitárias, dissociadas da pesquisa, se encaixa perfeitamente neste tipo de política de concentração da informação e da produção científica nos países desenvolvidos. A diversificação institucional é também o primeiro plano a ser vencido para o sucesso das reformas propostas pelo Banco. Com a implementação desta primeira etapa, espera-se que seja dada resposta ao problema da falta de vagas aliado à contenção da expansão das instituições públicas. Isto se daria através do incentivo ao desenvolvimento das instituições não-universitárias pela iniciativa privada.

Já está demonstrado que as instituições públicas oferecem maior qualidade acadêmica e melhores respostas às necessidades de desenvolvimento dos países em crescimento. O fomento da iniciativa privada nesta área, apoiado em uma preocupação estritamente numérica, pode se traduzir na queda de qualidade do ensino superior no mundo em desenvolvimento.

A gratuidade do ensino superi-

## DÉCADA DE 60 E NEOLIBERALISMO

or público é uma garantia do acesso de pessoas de classes menos favorecidas ao sistema de forma não discriminatória. Além disso, o ensino universitário deve ser gratuito por estar formando quadros que servirão à coletividade e ao bom funcionamento do Estado e, portanto, financiado por este, e não por indivíduos ou pela iniciativa privada, que representam os objetivos particulares.

O sistema de concessão de empréstimos proposto pelo Banco Mundial, além de ser uma medida paliativa, não deixa de ser um sistema de cobrança de mensalidades das pessoas de baixa renda. A diferença é que o pagamento é postergado para ser quitado após a conclusão do curso, dentro da ótica de que o graduado vai ter sua vida melhorada após a obtenção do diploma. As diferenças sociais não são resolvidas como por um passe de mágica. Não é um diploma que pode resolver os problemas de injustiça social. Na América Latina e no Caribe não são poucos os casos de pessoas que possuem doutorado e que não conseguem nem mesmo emprego. A melhor forma de cobrar do graduado pelo estudo oferecido pelo Estado é que ele reverta os conhecimentos e habilidades adquiridos em instrumentos para o desenvolvimento de seu país, com políticas estabelecidas para tal.

Tentando inserir ainda mais as instituições na lógica do mercado, o documento propõe a venda de seus serviços aos setores privados da economia. É notório que a área produtiva pode se beneficiar dos avanços proporcionados pela educação superior. Mas com a diminuição dos investimentos estatais na universidade pública, a venda dos serviços das instituições à iniciativa privada cria dependência financeira.

Apesar de passagens acertadas, o diagnóstico da situação do ensino superior nos países em desenvolvimento é deturpado na maioria dos aspectos. Mesmo ainda não proporcionando maior acesso aos jovens das classes baixas no sistema estatal não é verdade que a maioria dos estudantes matriculados provém de classes altas. Na América Latina, o ensino superior público é uma garantia de acesso não discriminatório das pessoas com menor poder aquisitivo ao sistema. Pesquisa recen-

Desde o regime militar, o aumento de vagas no ensino superior se dá via expansão da rede privada de ensino. Será esse o caminho a continuar trilhando? Essa é a grande pergunta a ser respondida

Por Gisela Mendonça

# A expansão

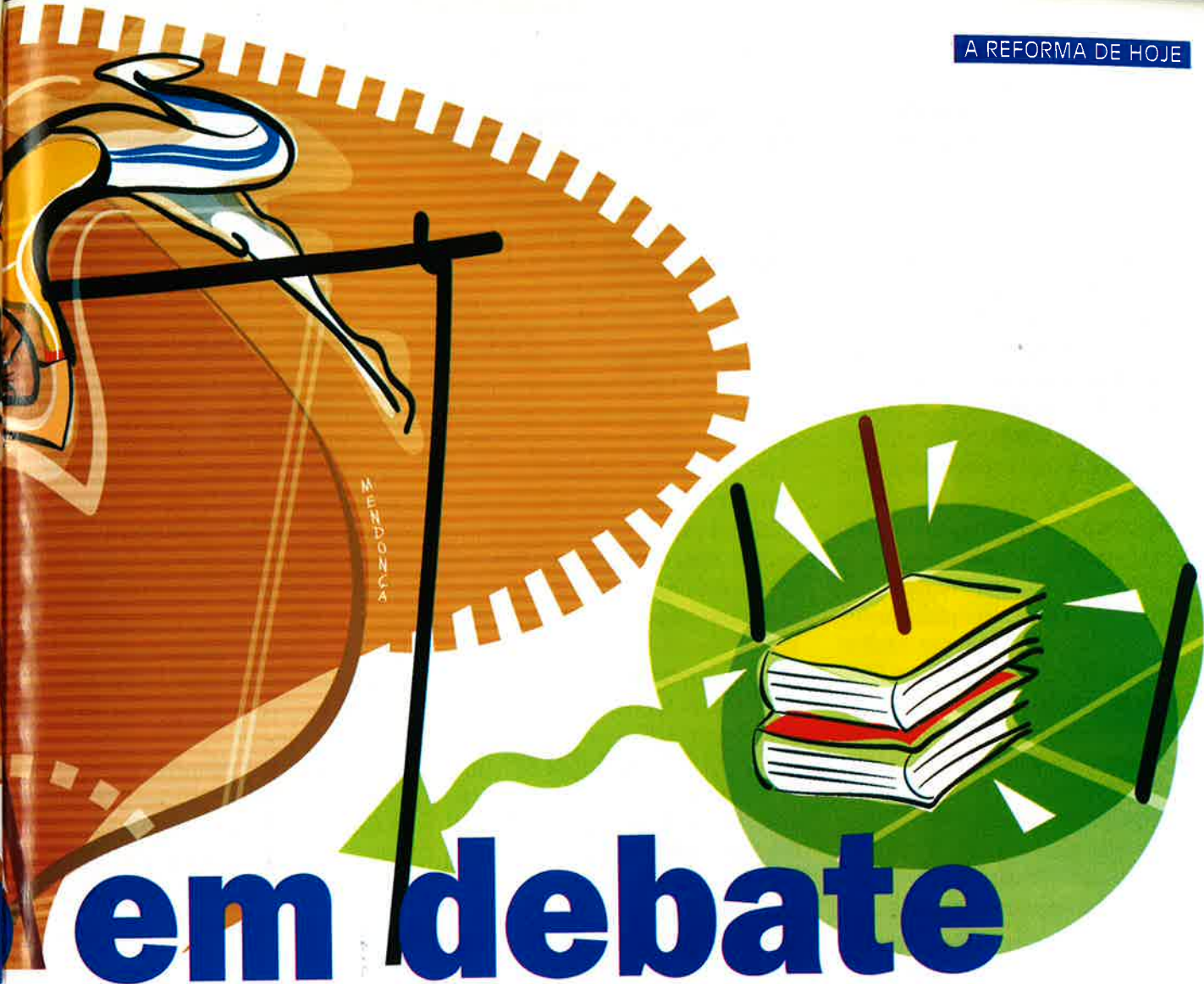
No Brasil, um percentual baixíssimo da população com acesso ao ensino superior, mesmo comparado a outros países em desenvolvimento (veja tabela 1). Evidentemente, o fator determinante para tal índice é a desigualdade social aviltante, que faz com que imensas camadas da população não só sejam impedidas de chegar aos bancos universitários, mas sejam privadas de comida, escola básica, e consumo de itens essenciais como material de higiene pessoal. Essa situação, que tem raízes históricas, só começará a ser revertida com um novo projeto de país, que enfrente a questão do de-

semprego e a geração de novos postos de trabalho, o que só é possível com uma economia que cresça e permita uma melhor distribuição de renda.

De toda forma, até para contribuir com esse novo projeto de desenvolvimento, o país precisa de mais profissionais, técnicos e cientistas, capazes de fazer frente a esta nova fase. Além disso, é preciso democratizar o acesso, permitindo que estudantes provenientes das camadas mais pobres da população que hoje concluem o ensino médio possam chegar à universidade. Medidas para promover esse acesso são sempre bem-vindas. Mas é preciso discutir, com vistas à reforma uni-

versitária, uma questão essencial: qual o caminho?

O Ministério da Educação divulgou, recentemente, a proposta de conceder isenção fiscal a instituições privadas que, mediante convênio, disponibilizarem 25% das suas vagas para estudantes excedentes de vestibulares das universidades públicas. O objetivo, segundo o ministro Tarso Genro, seria ampliar rapidamente o acesso e ocupar as vagas ociosas nessas universidades particulares. Os estudantes que ocupassem as vagas "estatizadas" poderiam dispor de bolsa integral, bolsa parcial ou ainda serem incluídos no FIES. O público-alvo são estudantes de



família de baixa renda provenientes da rede pública de ensino básico, beneficiários da política de cotas e portadores de necessidades especiais.

A medida foi vista com preocupação pela UNE. “A prioridade deve ser ampliar vagas nas universidades públicas, principalmente nos cursos noturnos. As instituições públicas oferecem mais qualidade e vivem uma crise financeira. Por que beneficiar ainda mais as universidades privadas?”, questiona Gustavo Petta, presidente da entidade.

Madalena Guasco, presidente da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de En-

sino – Contee, concorda: “A expansão tem que se dar pela rede pública. Essa história de que existem vagas ociosas na rede particular é falácia. Universidades com qualidade, que fazem pesquisa, como a PUC/SP, por exemplo, praticamente não têm vagas ociosas. Sobram vagas naquelas com baixo nível de ensino, que abrem vagas indiscriminadamente, algumas oferecem 200 vagas num curso, preenchem 150 e dizem que existem 50 ociosas. Só que os 150 alunos estão amontoados em uma única sala. É isso que vai estar à disposição dos alunos que vierem a ocupar as vagas cedidas para o MEC?”

### O passado condena

Outro ponto obscuro e que merece ser melhor estudado é a própria isenção de impostos oferecida às faculdades que aderirem ao sistema. A política de concessão de renúncia fiscal não é nova. Na sua dissertação de mestrado, a economista Cristina Helena Almeida de Carvalho, da Unicamp, investigou a trajetória do processo de expansão privada durante os governos militares. Ela aponta que a renúncia fiscal foi o principal mecanismo indireto de financiamento, responsável pela explosão do número de vagas nos estabelecimentos de ensino privado no período estudado (1964 a 1984).

O estudo aponta que, no caso das instituições consideradas sem fins lucrativos, a legislação era benevolente quanto à não-incidência de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços dos estabelecimentos de ensino. Isto representava não recolher aos cofres públicos o IPTU e o ISS, de competência municipal, e o Imposto de Renda, de competência da União. O rombo era ainda maior no caso das instituições de ensino consideradas “filantrópicas”, que ficavam desobrigadas, ainda, em recolher quaisquer encargos relacionados à Previdência Social, entre eles FGTS, cota sobre o 13º, salário-família, Incra, Funrural etc. Isto representava, em média, cerca de 24% de incidência sobre a folha de pagamento.

Foi, portanto, com grande incentivo do Estado brasileiro que foi invertida a proporção entre matrículas na rede pública e na rede privada, que em 1984 já respondia por mais de 60% das matrículas no ensino superior (porcentagem que cabia à universidade pública em 1964).

Mas o grande avanço da rede privada ainda estaria por acontecer. Em 1994, início da era neoliberal, o número de instituições girava em torno de 700. Em 2002, havia dobrado de tamanho e já chegava a 1442. Nesse período, dois fatores essenciais impulsionaram esse negócio-da-china. O primeiro foi a abertura, na legislação, da possibilidade de existirem empresas educacionais com fins lucrativos e funcionamento como qualquer outra empresa. O segundo foi a facilitação deliberada para a abertura de novas faculdades ou ampliação das vagas e cursos daquelas já existentes. O novo ramo de negócios se tornou um dos mais atraentes da economia brasileira. Em 2002, as dez maiores instituições privadas de ensino superior faturaram 1,7 bilhão de reais, com um retorno médio que varia de 20% a 35%. O faturamento do conjunto de instituições (com e sem fins lucrativos) triplicou desde 1997 e alcançou 10,5 bilhões em 2002. Agora, o ensino superior privado já mira na bolsa de valores para otimizar ainda mais seus lucros.

Não dá para desconsiderar que é nesta rede, com essas condições, que o ministro vai buscar as vagas que ele chama de “públicas”, mas que na verdade continuam sendo privadas, só que alugadas às custas de renúncia fiscal.

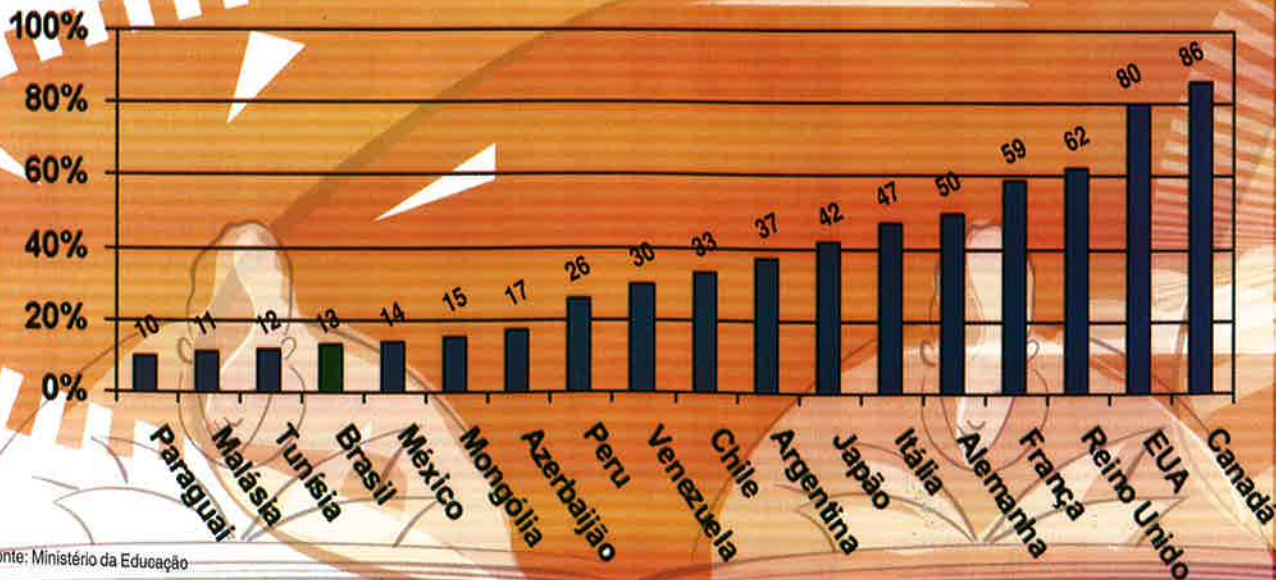
## Dinheiro que não entra

Hoje, o governo brasileiro já destina mais verbas ao ensino superior privado, em diversas formas de incentivo fiscal e financiamento aos estudantes, do que às instituições federais (veja tabela 2). Esta lógica precisa ser invertida. Ao optar pelo caminho de aumentar a isenção fiscal, o Estado brasileiro acaba reforçando a expansão do ensino superior privado, mesmo com a boa intenção de ampliar o acesso dos estudantes carentes.

Apesar de o ministro dizer que será “insignificante” o valor dos impostos e taxas que deixarão de ser arrecadados com o programa, esse ponto ainda é obscuro, nem mesmo o próprio ministro sabe dizer o valor exato.

**Tabela 1: Número Proporcional Estudantes com Acesso ao Ensino Superior**

(com relação à população entre 18 e 24 anos, anos 2000/2001)



Fonte: Ministério da Educação

Mas o montante da renúncia vai depender, fundamentalmente, de quem vai aderir ao programa. Hoje, existe grande diferenciação entre as instituições privadas filantrópicas, sem fins lucrativos e com fins lucrativos, no que diz respeito ao recolhimento fiscal (ver tabela 3). Se o convênio for aceito principalmente pelas entidades com fins lucrativos, que se multiplicaram nos últimos anos e que mais se queixam do problema da “ociosidade de vagas”, o governo vai deixar de recolher um montante importante, já que essas instituições hoje pagam todos os tributos federais que incidem sobre sua atividade. Por outro lado, as filantrópicas de hoje, ao ceder vagas, virariam empresas como as outras, acentuando ainda mais a mercantilização do ensino superior.

Mas o ministro insiste que, mesmo assim, isso não faria muita diferença, pois o tributo vai para o cofre geral do Tesouro, e não para a educação. Não é bem assim. Quando se deixa de recolher imposto de renda, perdem o Tesouro Nacional, os Estados e os Municípios. E per-

de também a Educação, que tem constitucionalmente o valor vinculado à arrecadação da União, em 18%. Se diminui o valor total, essa porcentagem também vai significar menos. As contribuições sociais recolhidas vão para o caixa da Seguridade Social e da Previdência. Ora, o governo acabou de aprovar uma reforma polêmica, que visava equilibrar o caixa da Previdência, aumentando a taxaço dos servidores e implementando a taxaço dos inativos. Como explicar, diante dessa situação, a isenção de instituições que auferem grandes lucros e crescem vertiginosamente? Por fim, a isenção da CPMF significa descontrolo completo sobre o fluxo financeiro das instituições, que hoje já é uma verdadeira caixa-preta.

chegam a ministrar aulas em postos de gasolina. A imensa maioria amontoa mais de cem alunos por sala de aula. É insignificante a pesquisa e a extensão. Os professores são, na sua maioria, contratados como horistas. As bibliotecas e laboratórios passam longe da preocupação dos dirigentes dessas instituições.

É esse o ensino que o governo vai financiar com sua isenção fiscal? Não se criaria aí uma categoria diferenciada de estudantes – justamente os carentes que o MEC pretende atender – destinados a um ensino de qualidade duvidosa, que vende a ilusão de um diploma?

Todas essas respostas ainda estão por ser dadas pelo Ministério e os defensores da proposta. Se é verdade que existe uma grande demanda, justa e legítima, por mais vagas no ensino superior, é preciso ter responsabilidade na hora de responder a esta demanda. E aproveitar o momento único que vivemos para reverter o quadro do ensino superior, que desde o regime militar vem crescendo via expansão das instituições privadas, com os resultados que estão aí, só não vê quem não quer.

### Qualidade, questão chave

Outro grande porém na proposta do governo está na falta completa de controle e regulamentação do ensino privado. Existem faculdades que alugam salas em escolas de segundo grau para funcionar. Algumas

**Tabela 2:**

### Destinação de verbas ensino superior

Orçamento de 2003 (pago)

Custeio do ensino superior público .....	<b>695 milhões</b>
FIES .....	548,957 milhões
Isenção fiscal concedida a instituições privadas de ensino superior .....	540 milhões*
<b>Total (Fies + isenção fiscal) .....</b>	<b>1 bilhão e 89 milhões</b>
	(aproximadamente)

\*estimativa do MEC

**Tabela 3:**

### Comparativo dos tributos federais que incidem sobre as IES com e sem fins lucrativos

Tributos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos	Filantrópicas
IR pessoa jurídica	X		
CSLL	X		
PIS s/ atividades próprias	X		
COFINS s/ atividades próprias	X		
INSS s/ folha e terceiros	X	X	
INSS patronal	X	X	
PIS s/ receitas financeiras	X	X	X
COFINS s/ receitas financeiras	X	X	X
CPMF	X		

Fonte: Ministério da Educação – Programa Universidade para Todos. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)



# Queremos mais

O caminho da reforma deve ser o de construir uma universidade mais pública, mais gratuita, mais democrática, mais autônoma, mais produtora de ciência e tecnologia e mais comprometida com os interesses sociais e nacionais

*Por Gustavo Lemos Petta*



MENDONÇA



**R**eforma universitária é um tema caro aos estudantes, e este número da **Movimento** é espelho disso. Ao longo da história das instituições universitárias, a busca por um ensino superior comprometido com o avanço social mobilizou e sensibilizou milhares de estudantes, como fica claro nas primeiras páginas dessa publicação.

Vivemos nós, portanto, o nosso momento nessa história. Muitas vezes pode parecer que a história até se repete, pois muitos dos ideais de Córdoba ainda estão presentes na luta de hoje pela reforma universitária.

Mas, sem medo de errar, podemos dizer que nosso momento histórico é especial. O debate sobre as mudanças na universidade pública brasileira começa em um governo eleito para romper com séculos de desigualdade social e colonialismo em diversos graus – agravados em especial na última década neoliberal. O novo modelo de país, em disputa na sociedade e no novo governo, exige uma nova universidade. Pode-se afirmar, também, que o grau de transformação a ser alcançado no ensino superior depende, em grande medida, dos avanços obtidos na mudança do país – nos rumos da sua política econômica, ainda herdada dos anos de neoliberalismo; da afirmação do papel do Estado; da afirmação e do fortalecimento da nova política externa já em curso, fundada em bases soberanas e comprometida com os interesses nacionais.

Tal como a disputa que acontece em relação aos rumos do país, na Universidade vários projetos e interesses se confrontam, e desse combate deve surgir a proposta que vai nortear as mudanças no ensino superior brasileiro. A depender das idéias que prevalecerem, a reforma pode ser limitada, composta de medidas paliativas e secundárias. Pode, até mesmo, ser regressiva, se forem vitoriosos aqueles que apontam como saída o descomprometimento do Estado, o público não-estatal, o atendimento aos interesses do mercado em detrimento da sociedade.

A UNE irá trabalhar, debater e lutar junto com aqueles que defendem a Uni-

versidade pública, gratuita, democrática e comprometida com os interesses sociais e nacionais.

A universidade pública brasileira é sobrevivente da década de 90. Mesmo com todo o trabalho sistemático feito pelos governos neoliberais para restringir sua autonomia, privatizar sua pesquisa, sufocar seus recursos e impedir avanços democráticos, esta universidade que temos hoje ainda é responsável pelo melhor ensino de graduação do país, pela quase totalidade das pesquisas desenvolvidas, por projetos de extensão de grande relevância, por serviços de ponta como os hospitais universitários. Reforçar e ampliar esse sistema é fundamental para o país. É este o principal desafio da reforma universitária.

### **Mais pública, mais gratuita**

A opção pela expansão de vagas no ensino superior via incentivo e facilitação da abertura de cursos e instituições privadas durante o governo Fernando Henrique fez com que em 2002 as universidades privadas respondessem por 70% das matrículas. Esse modelo dá claros sinais de esgotamento. As instituições privadas já enfrentam altos índices de inadimplência e de vagas ociosas. Ao contrário do que afirmam os relatórios do Banco Mundial, tão copiados por aqui, esse caminho não democratizou o acesso ao ensino superior. Ainda são as universidades públicas que recebem mais estudantes de baixa renda.

É preciso aprender com essa lição.

Uma medida essencial para democratizar o acesso ao ensino superior é ampliar as vagas das universidades públicas. Não basta apenas declaração de intenções – é preciso ter um programa, destinar verbas, contratar professores, fazer um estudo criterioso das maiores demandas, principalmente no que diz respeito aos cursos noturnos, que ocupariam uma capacidade ociosa enorme e permitiriam o acesso de estudantes que precisam trabalhar durante o dia. A ampliação de vagas deve obedecer a uma visão estratégica dos setores em que o país mais precisa de profissionais qualificados,

seja para ampliar e melhorar a qualidade do ensino fundamental, seja para fazer frente a novos desafios tecnológicos da indústria ou a formação de cientistas.

Para isso, é essencial que o governo assuma o papel estratégico da Universidade no desenvolvimento do país em um novo projeto nacional, e reconheça que é papel do Estado financiar a universidade pública, com os aportes de recursos necessários para que ela ofereça mais vagas, mais qualidade, mais serviços e mais ciência.

É preocupante ver algumas vezes os “meios alternativos” de financiamento ocuparem o centro do debate, como se eles fossem a saída. Tais meios alternativos já se proliferam em praticamente todas as instituições públicas do país, no guarda-chuva das fundações de apoio. Além de não serem capazes de resolver o problema de recursos, elas criam um novo problema – a perda de autonomia na decisão sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos ali, usando a infra-estrutura, os professores e funcionários das universidades que acabam sendo apropriados por interesses privados. Qualquer fonte alternativa de recursos não pode fugir ao projeto didático

ou científico livremente decidido pela instituição.

A cobrança de mensalidades ou de contribuição compulsória de ex-alunos, que alguns ainda têm coragem para defender, já se mostrou inviável. Primeiro, porque está provado que uma parcela pequena de estudantes teriam condições de arcar com o pagamento das taxas elevadas que seriam necessárias para ter algum efeito de arrecadação. E, se implantada, a medida não alcançaria 10% dos recursos necessários para manutenção das instituições federais de ensino superior.

Uma medida sugerida pelo grupo de trabalho sobre a reforma instituído ainda durante a gestão de Cristovam Buarque no Ministério da Educação merece ser melhor debatida e viabilizada: a retirada da folha de inativos do orçamento das universidades federais. Essas universidades receberam, em 2003, um

total de 8 bilhões de reais. Desses, 2,8 bilhões foram utilizados para cobrir os gastos de previdência de professores e servidores. A contribuição dos professores na construção da Universidade e do país deve ser permanentemente reconhecida e valorizada. Mas a Previdência deve assumir os custos dos benefícios.

### Mais democrática

Ao fim do regime militar, muito se avançou na democratização das universidades brasileiras. Na imensa maioria das públicas, implantou-se um sistema de eleição para reitor com participação da comunidade universitária. Os estudantes ocuparam assento na maioria dos órgãos colegiados e vários dos instrumentos intimidatórios e inibidores da organização estudantil e sindical foram desmontados. Foi um passo muito importante, mas insuficiente.



A universidade tem que ser um ferredouro de idéias e projetos. Todos os setores da comunidade universitária devem ser envolvidos no debate sobre os rumos da universidade e da sociedade brasileira. Os dirigentes devem ser eleitos de forma autônoma pelos setores que compõem a universidade, e o resultado do pleito apenas homologado pelo governo. Nas eleições, deve prevalecer no mínimo o voto paritário, capaz de envolver amplamente estudantes, professores e servidores no debate sobre o projeto de universidade.

Os órgãos colegiados, responsáveis pelo dia-a-dia da vida acadêmica e institucional, também precisam ser democratizados, com a participação paritária dos setores da comunidade universitária.

### Mais autônoma

A universidade precisa ser revitalizada e renovada. Hoje as amarras legais impedem remanejamentos mínimos de recursos de um setor para outro, por exemplo. A uni-

versidade precisa de mais agilidade e mais integração com a sociedade. Precisa de mais autonomia. O saber e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia devem ser livres, apoiados na pluralidade de idéias. Isso permitiria, por exemplo, investimentos e apoio a pesquisas que não teriam imediata relevância econômica, mas significariam passos e avanços importantes para o conhecimento e o saber universais. O direito de organizar ensino, pesquisa e extensão, discutir e definir currículos para graduação e pós-graduação deve ser conferido às instituições.

A autonomia de gestão teria o papel fundamental de dar liberdade para que cada universidade possa gerir seus bens e recursos para aplicá-los em função dos objetivos didáticos, pedagógicos, científicos e culturais democraticamente definidos.

Não se pode, no entanto, confundir autonomia com soberania. A Universidade, como instituição pública, deve prestar contas à sociedade, por meio de um eficiente sistema de avaliação institucional e estabelecer mecanismos de controle social sobre sua ação e seus projetos.

### Mais controle

Ao tratar do sistema universitário brasileiro, não se deve desconsiderar o imenso contingente de instituições particulares, que se proliferaram nos últimos anos graças a uma política deliberada de incentivo à expansão de vagas via setor privado.

No momento em que se discute o rumo das universidades, tratar do controle e da regulamentação do ensino privado é fundamental. Essas faculdades e centros universitários não respondem por qualquer exigência de qualidade, produção de pesquisa ou qualificação docente. É preciso reverter esse quadro, com

novas leis que determinem padrões de funcionamento e qualidade, democratização dos órgãos de decisão com participação dos estudantes, contas transparentes e controle sobre os aumentos de mensalidades.

### Mais comprometida com o país

A reforma universitária não pode começar apoiada nos manuais das agências internacionais, como o Banco Mundial. Esses órgãos, durante anos, dirigiram sua ação para o desmonte do setor público e tiveram papel relevante para que a educação deixasse de ser reconhecida como direito e passasse a ser tratada como serviço, portanto passível de compra e de venda.

Essa lógica tem que ser quebrada. É inconciliável com um novo projeto que se pretende implantar no país. A universidade pode ter grande papel para superarmos nossa herança de subordinação cultural, desigualdades e injustiça social.

Portanto, a nova universidade deve surgir comprometida com um novo país. Um país onde o trabalho, a ciência e a tecnologia sejam valorizados. Um país em que a economia não seja dirigida por manuais de política monetária capazes de promover um processo de financeirização que corrói a renda do trabalho e engorda aqueles que vivem da agiotagem oficial, como ainda acontece. Um país em que as políticas públicas caminhem no sentido da universalização, condição central para a construção da cidadania, e não gaste tempo, energia e dinheiro tentando separar os “menos” pobres dos “mais” pobres. Um país que dialogue com o mundo de forma soberana e defenda os interesses do seu povo.

A universidade pode e deve contribuir para construir esse país.

# As mentiras sobre gasto social

Ao contrário do que afirma documento recente do Ministério da Fazenda, o Brasil não gasta muito com a área social e não se pode creditar à forma de distribuição ou ao montante deste gasto a situação de imensa desigualdade que persiste no país

**Por Gabriela Moulin e  
Gisela Mendonça**

**U**m documento recente do Ministério da Fazenda<sup>1</sup> acendeu o debate sobre os gastos sociais no Brasil – debate, diga-se de passagem, fundamental para definir que tipo de país pretendemos construir. É, portanto, mais que oportuno discutir quanto gastamos e como gastamos dos recursos destinados à área social – previdência e assistência social, saúde, educação moradia, habitação, saneamento básico, amparo ao empregado e organização agrária (áreas incluídas pelo Ministério da Fazenda).

Infelizmente, o Ministério da Fazenda parte de premissas falsas e dados parciais – o que acaba por determinar conclusões distantes do que seria verdadeiro e necessário para construir um novo projeto de desenvolvimento para o país, que inclui necessariamente a intervenção do Estado no enfrentamento das questões sociais.

## **A primeira mentira**

Um trabalho<sup>2</sup> essencial para entender a questão e colocar a discussão no rumo acertado foi feito pelo economista Marcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Segundo ele, “verifica-se uma estranha inversão nos termos do debate: o gasto social transformou-se no culpado da desigualdade no Brasil. A herança escravista, a oferta estruturalmente exorbitante de mão-de-obra, a estrutura tributária regressiva, os juros altos, a ausência de crescimento econômico e o enfraquecimento do movimento sindical – é como se todos esses fatores cumprissem um papel menor para a conformação dessa sociedade injusta”.

A origem do debate – e das idéias – apresentado pelo documento da Fazenda está no

questionamento do papel do Estado. A partir do final da década de 70, esta questão aparece, e ganha força com as reformas neoliberais ocorridas em todo mundo. Durante as últimas décadas essa política promoveu a privatização, corte no gasto social e, no entender do professor Pochmann, um desvio de recursos para o processo de financeirização de riqueza, do qual o Estado tem sido um dos principais sustentadores, em especial no Brasil.

Assim, segundo os argumentos apresentados pelo Ministério da Fazenda, o país gastaria muito com a área social – o problema seria de qualidade, não de quantidade de recursos – e dirigiria os gastos prioritariamente para os mais ricos. Márcio Pochmann demonstra que a realidade é bem diferente: “Entre 2001 e 2002, o serviço da dívida pública (gastos com juros) elevou-se em 32%, contra um aumento de cerca de 13% do gasto social direto”. E mais: ao se considerar o gasto social em proporção ao PIB, comparado ao de outros países, o Brasil encontra-se muito mal colocado (*veja tabela 1*). Note-se, aí, que os países listados já têm serviços públicos mais consolidados e de maior qualidade, saúde e educação universalizadas e distribuição de renda infinitamente melhor que a brasileira e, mesmo assim, dirigem bem mais recursos para a área social.

### Universidade vilã

Desfeito o primeiro mito, muitos outros ainda aparecem no documento da Fazenda. Mas **Movimento** vai se dedicar, aqui, a debater a forma como a Universidade é tratada. Primeiro, para chegar à conclusão de que o governo gasta muito com a Universidade, em detrimento da educação fundamental, são apresentados números parciais, que ocultam informações fundamentais.

Assim, o Ministério da Fazenda afirma que “em 2002, cerca de 70% do gasto direto do Governo Central com Educação e Cultura foi destinado ao Ensino Superior, 13% ao Ensino Fundamental, 8% ao Ensino Médio e 4,5% à Educação de Jovens e Adultos. (...) A canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior



reduz o montante de recursos disponível para os demais estágios da educação”.

Mais uma vez, meia verdade, pois não se considera, aí, o que investem Estados e Municípios na área. “As esferas estaduais e municipais devem financiar, prioritariamente, os outros níveis de ensino e, para isso a Constituição Federal estipulou percentuais mínimos dos recursos dos impostos que precisam se dirigir a essa atividade: 25%, no mínimo, para Estados e Municípios e 18%, pelo menos, para a União. Em 2002 esses recursos significavam em torno de R\$ 28 bilhões para Estados, R\$ 18 bilhões para Municípios e R\$ 13 bilhões para a União. Portanto, as instituições federais não podem ser responsabilizadas pela falta de recursos para o financiamento dos outros níveis de ensino”, lembra o professor Nelson Cardoso do Amaral, doutor em Educação e ex-pró-reitor de Administração e Finanças da Universidade Federal de Goiás.

Quando o documento menciona que 70% do gasto do governo federal com educação (incluindo empréstimos e subsídios) vão para o ensino superior, omite propositalmente que esse montante leva em conta somente 20% do gasto total com Educação, já que 80% são investidos por Estados e Municípios. Para a premissa falsa, o resultado só poderia ser falacioso.

Ao contrário do que aparece nos números do Ministério da Fazenda, o Brasil não gasta mais que países em desenvolvimento e países desenvolvidos com a sustentação de suas universidades. Os gastos do governo federal com ensino superior em 2001/2002 foram apenas de 0,5% do PIB, contra 2,1% no Chile; 1,8% na Holanda; 1,2% na Itália – apenas para citar alguns países.

## Quadro comparativo de gastos sociais – 1998



País	% do gasto social no PIB
Brasil .....	12,2%
Bélgica .....	24,5%
Dinamarca .....	29,8%
França .....	28,8%
Alemanha .....	27,3%
Itália .....	25,1%
Espanha .....	19,7%
Suécia .....	31,0%
Inglaterra .....	24,7%
Canadá .....	18,0%

Fonte: Brasil (OIT) e demais países (OCDE), *In Desigualdade de Renda e Gastos sociais no Brasil: Alguns Evidências para o Debate*. Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Novembro de 2003

### Velhas idéias

O documento da Fazenda insiste em sustentar argumentos que fazem parte de uma antiga agenda, aquela derrotada nas eleições presidenciais que elegeram Lula para mudar o país. Essa agenda, sustentada por documentos do Banco Mundial, insiste que a universidade pública é privilégio, só atende às camadas mais ricas da população e que a saída estaria em financiar o aluno, e não o sistema público de ensino superior (veja, neste número, *A reforma neoliberal*).

Afirma-se que os recursos do governo central para o ensino superior “beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população”. Mais uma mentira, facilmente desmascarada por dados levantados pelo IBGE e

pelas próprias instituições federais de ensino superior.

“Os pobres mesmo deste país não só não chegam às universidades como não comem, não têm acesso à saúde, não frequentam a escola básica. Vivemos em um país de enorme concentração de renda, que apresenta distorções como o fato de os 10% mais ricos terem uma renda mensal média em torno de mil dólares. Isso é ser rico? Pesquisas do IBGE indicam que 38% dos estudantes das universidades públicas vêm de famílias com renda per capita de menos de dois salários mínimos, enquanto nas instituições privadas essa faixa de renda abrange apenas 24% do alunado”, afirma Wrana Panizzi, presidente da Andifes – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

– um superávit primário altíssimo que obriga o governo a fazer sucessivos cortes orçamentários, inclusive na área social, e o pagamento de juros de uma dívida que só cresce – não só a universidade pública, mas todos os serviços e programas sociais continuarão comprometidos.

Para a presidente da Andifes, “é preciso investimento para formar pessoas e fazer ciência, isso não é gasto perdido. A universidade faz coisas extremamente essenciais para o desenvolvimento de um país como formar os professores, que por sua vez formarão as crianças e adolescentes nas escolas; formar pesquisadores. Com o desenvolvimento tecnológico obtido com pesquisas nas universidades brasileiras, a produção de grãos no Brasil passou de 68 milhões para 120 milhões de toneladas entre 1993 e 2003”.

Na audiência feita na Câmara dos Deputados, o ministro Tarso Genro afirmou, categórico: “Não vamos fazer reforma universitária para conseguir atestado de bom comportamento das agências internacionais. Vamos vincular a universidade a um projeto nacional”. Ok, ministro, a conferir. Os estudantes vão cobrar.

Como lembrou o próprio ministro Tarso Genro, em audiência pública na Câmara dos Deputados no dia 11 de fevereiro passado, “é a estrutura de alta concentração de renda e de desigualdade da sociedade brasileira que determina que só os setores médios cheguem ao ensino superior. Esta responsabilidade não é da estrutura da universidade”.

### A raiz do problema

Todo esse debate tem origem na questão central: quem deve financiar o ensino superior?

“A fonte de financiamento tem que ser o tesouro público”, opina Wrana. Ela lembra ainda que “quando se investe em educação não está se investindo somente em um aluno, é a sociedade que cresce. A ma-

nutenção do ensino superior diz respeito ao conjunto da sociedade. E, para isso, precisamos nos perguntar que país queremos ser? Não há outra forma de nos desenvolvermos se não qualificando a população em todos os níveis”.

A pergunta sobre os rumos do Brasil é mais que pertinente. Como diz o economista Pochmann, “é a extrema concentração de renda, impulsionada pela financeirização da economia e pela regressividade da estrutura tributária que trava o crescimento econômico e a expansão do gasto social, além de atenuar seus efeitos distributivos”. Ou seja, sem mudança do modelo econômico herdado das décadas neoliberais, permanecerá a estrutura perversa em que “os ricos vivem de juros e os pobres pagam juros”.

A continuar o que existe hoje

<sup>1</sup> *Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2001*. Antonio Palloci Filho, Marcos de Barros Lisboa, Otávio Ribeiro Damaso, Roberto Pires Messenberg, Rozane Bezerra de Siqueira. Brasília, novembro de 2003. A versão completa do documento está disponível na página do Ministério da Fazenda – [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)

<sup>2</sup> *Desigualdade de Renda e Gastos sociais no Brasil: Algumas Evidências para o Debate*. Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Novembro de 2003.

Tomadas por uma febre comercial, e incentivadas pela OMC, as universidades voltam-se cada vez mais para o ensino via Internet, apesar da suspeita sobre a eficácia pedagógica destes métodos. Vale a pena examinar o passado do ensino à distância, bem menos “moderno” do que se imagina, no momento em que ganha força, dentro e fora do Brasil, a idéia de que está aí o caminho para democratizar o acesso à universidade

Por David Noble\*





# Lucros e mediocridade

**C**om o advento da Internet, o ensino à distância foi tomado pelo entusiasmo. As universidades descobriram “o mercado do século 21” e investem uma energia colossal no desenvolvimento dos serviços da rede. Mas os fomentadores desta transformação do ensino superior têm conhecimento do que foi a bancarrota de seus antecessores?

Antes de fincar o pé na universidade, o ensino por correspondência começou como uma empresa comercial. Um dos estabelecimentos mais antigos, particular e com fins lucrativos, foi constituído na Pensilvânia no final dos anos 1880. Seu fundador, Thomas J. Foster, criaria, em seguida, a International Correspondence Schools, que iria tornar-se uma das maiores e mais duradouras empresas desta fértil indústria. Em 1924, estas empresas comerciais, que viviam principalmente um público em busca de qualificação profissional para o comércio e a indústria, puderam orgulhar-se de ter recrutado um número de estudantes quatro vezes maior que os estabelecimentos de ensino superior e de formação profissional juntos. Já em 1926, os Estados Unidos computavam

mais de trezentas destas escolas, cujo rendimento anual ultrapassava os 70 milhões de dólares.

## A força é o poder de venda

Em seu material promocional, estas empresas ofereciam instrução personalizada para os estudantes: “O estudante conta com a atenção individual do professor e trabalha de acordo com o seu ritmo (...) sem deixar-se conduzir pela média do rendimento dos numerosos alunos que trabalham simultaneamente. Pode acelerar quando lhe convier, estudar a qualquer hora, e terminar assim que se sinta capaz”. Em todas estas instituições, a prioridade era o recrutamento de clientes e a maior parte dos esforços e rendimentos era destinada à promoção, em prejuízo da instrução. De 50% a 80% das taxas escolares eram normalmente investidas em campanhas de marketing direto, publicidade em revistas e jornais e na contratação e formação de vendedores que ganhavam comissão sobre as vendas obtidas. “A força de trabalho de todas as escolas é, de fato, direcionada ao desenvolvimento de seu poder de venda”, apontava, em 1926, em pleno apogeu do movimento de ensino à distância, um estudo financeiro da Carnegie Corporation. “É, sem dúvida, seu departamento mais organizado”.

A busca por lucros teve como consequência a subversão das nobres intenções – ou pretensões – das empresas, principalmente daquelas que haviam se transformado em instituições altamente competitivas (a maioria sem regulamentação nenhuma), por onde transitavam várias empresas, dentre as quais algumas fizeram belas fortunas. Os estudantes recrutados deviam pagar a totalidade ou uma parte importante dos estudos no momento da assinatura do contrato. A maioria dos estabelecimentos havia adotado uma política de não-reembolso para os quase 90% de estudantes que não conseguiam finalizar o curso.

A elevada taxa de abandono era reflexo não apenas dos métodos de recrutamento desrespeitosos, mas também da qualidade medíocre do produto oferecido. Para a “entrega” efetiva do curso, ou seja, a correção de trabalhos e provas, a maioria das empresas valia-se de um conjunto ordinário (e sempre subprofissional) de “leitores” em tempo parcial remunerados “por peça”, a cada lição ou trabalho corrigido. Estas pessoas eram sempre exploradas, pois era necessário entregar um volume grande de trabalho para conseguir uma remuneração decente. Conseqüentemente, era impossível oferecer um trabalho pedagógico de qualidade. Nessas condições, não havia compromisso al-



gum com o ensino atencioso e personalizado prometido nos anúncios. A falta de contato pessoal entre estudante e professor era a maior fragilidade.

Toda esta situação obedecia, entretanto, a uma perfeita lógica econômica, que a indústria acabou chamando, no seu jargão, de “lucro da desistência” (*drop-out money*). Se o aluno desistisse do curso, a escola conservava o pagamento integral, mas não tinha mais que pagar as taxas de ensino e, em particular, os professores. Deste modo, a economia desse sistema educativo cínico não encorajava as escolas a manter os estudantes através da melhoria de qualidade dos cursos e das condições de ensino. Na realidade, ela incentivava o oposto: concentrar todos os esforços no recrutamento e negligenciar o ensino.

### A universidade a reboque

O ensino por correspondência conduzido pelas universidades seguiu uma evolução comparável, sob todos os aspectos, à das escolas comerciais. O movimento começou, realmente, nos anos 1890. Entre 1910 e 1920, transformou-se numa

loucura parecida com o atual entusiasmo em torno da tele-educação em rede. Na trilha aberta pela Universidade de Chicago, várias universidades públicas (Wisconsin, Nebraska, Minnesota, Kansas, Oregon, Texas, Missouri, Colorado, Pensilvânia, Indiana e Califórnia) juntaram-se ao movimento. Em 1919, quando a Universidade Columbia (Nova York) lançou seu programa de estudos a domicílio (*home study*), 73 estabelecimentos de ensino superior já ofereciam cursos por correspondência.

Alegando a democratização do ensino e esperando abocanhar uma fatia deste mercado lucrativo, as universidades também adotaram os argumentos de venda das escolas particulares. “Na sala superlotada da universidade americana comum é impossível tratar os estudantes individualmente, permitir-lhes superar a pressão conformista do grupo, ou encorajá-los”, assegurou o chefe do Departamento de Estudos em Domicílio da Universidade de Chicago, Hervey F. Mallory. O estudo em domicílio, ao contrário, “leva em consideração as diferenças individuais no aprendizado”. Assim, a educação à distância, mais que uma

continuação do ensino tradicional, seria uma ferramenta, ao mesmo tempo, mais barata e de melhor qualidade. O ponto de partida para uma revolução do ensino superior.

Mas, mesmo não estando constituídos como organizações com fins lucrativos, os programas por correspondência das universidades eram obrigados a se autofinanciar. Enquanto a educação à distância buscava obter melhor produtividade que a tradicional sala de aula, os pioneiros percebiam, rapidamente, que ela custava mais caro que o previsto, principalmente devido às taxas suplementares de administração. Assim, quase desde o início, caíram no mesmo jogo de seus concorrentes. Era necessário inventar mecanismos para compensar as sobretaxas administrativas e reduzir os gastos ligados à elaboração das aulas, padronizando seus produtos, recorrendo aos “cursos enlatados” e, acima de tudo, precarizando a situação dos professores mediante o pagamento “no ato”. Estes sabiam, conseqüentemente, que tal filão não tinha futuro algum. Com um produto deteriorado e as taxas de desistência praticamente iguais às das empresas comerciais, foi preciso

pouco tempo para que as universidades aderissem, também, à corrida ao “lucro da desistência”.

## Confusão entre formação e educação

No final dos anos 20 os programas universitários de ensino à distância acabaram merecendo as mesmas críticas que seus equivalentes comerciais. Abraham Flexner, um dos críticos mais influentes e respeitados do ensino superior americano, censurou as universidades por suas preocupações comerciais, por ter comprometido sua independência e integridade, e ter, assim, abandonado suas obrigações sociais essenciais. A competição pela exploração de cursos comercializáveis e o entusiasmo provocado pelo ensino em domicílio, argumentou Flexner, “mostra a confusão entre educação e formação que impera nos estabelecimentos de ensino superior”. “As universidades voltaram-se, de maneira irracional e excessiva, às solicitações imediatas, fugazes e passageiras e, sem motivo, tornaram-se desvalorizadas, vulgarizadas e mecanizadas”, insistiu.

Julgando “escandaloso” que o “prestígio da Universidade de Chicago ajude a enganar pessoas mal informadas (...) por meio de publicidades extravagantes e enganosas”, Flexner também criticou “a apropriação, por parte da administração, dos deveres do ensino” e a banalização dos professores. “O corpo docente americano é um proletariado”, declarou. Esta crítica chamou a atenção dos meios de comunicação de massa e desencadeou uma sucessão de conflitos em toda a universidade. Conseqüentemente, provocou uma série de tentativas de ajustes do ensino e levou à eliminação dos anúncios mais mentiro-

sos. Em Columbia, isto foi um golpe fatal para o programa de formação por correspondência.

Trinta anos depois, o General Accounting Office encorajou os veteranos do Vietnã a não desperdiçarem suas bolsas de estudos em cursos por correspondência. Todas as investidas posteriores, como as tentativas de reforma ou de regulamentação, fracassaram, mesmo quando os programas à distância adotaram os últimos meios de difusão – filmes, telefone, rádio, fitas cassete, televisão. As universidades continuaram, obviamente, a oferecer cursos por correspondência, mas tratava-se de programas bem mais modestos em suas declarações e ambições. Parentes pobres da instrução em sala de aula, eles estavam em sua maioria limitados às entidades independentes e cuidadosamente separadas dos *campi*, provavelmente para livrar a instituição-mãe do custo, da contaminação comercial e das críticas.

## Nova corrida do ouro

Como seus antecessores esquecidos, os modernos adeptos da tele-educação acreditam ser a vanguarda de uma revolução que vai transformar a paisagem educativa. Enfeitados pela tecnologia e pelo futuro, eles não dão importância às lições desta experiência exemplar. O fator comercial, porém, é ainda mais forte desta vez. Pois, longe de distinguir-se de seus adversários comerciais, as universidades lançaram-se avidamente em parcerias com eles, alugando sua “marca” a empresas com fins lucrativos em troca de uma participação nas ações. As quatro instituições mais em evidência no movimento de ensino por correspondência estão novamente na competição. A Universidade de Wisconsin estabeleceu um

acordo com a Lotus, a IBM e outros contratadores privados; a Universidade da Califórnia trabalha com a América Online e Onelinelearning.net; Columbia e Universidade de Chicago estão entre os exploradores mais motivados desta nova corrida do ouro. Não se trata mais de multiplicar os benefícios a partir dos anúncios, mas, acima de tudo, de colher os lucros da especulação financeira na indústria da educação, através das *stock-options* e entradas na Bolsa.

A Columbia assinou um acordo com a UNext, pioneira desta indústria da educação, permitindo a utilização do logotipo da universidade em troca de uma participação nos negócios. “Eu estava menos interessado no fluxo dos rendimentos (ligados aos direitos de inscrição pagos pelos estudantes) que na capitalização (financeira)”, explica o diretor da Escola de Comércio de Columbia. “Eu não vejo nada que possa representar um problema”, complementou, revelando assim uma ingênua ignorância em relação à história de sua universidade. Enfim, a Columbia firmou um acordo com outra companhia que pretendia corrigir seus cursos principais de arte e de ciências. A escola desenvolveria os cursos e alugaria sua “marca” para os produtos desta companhia, em troca dos *royalties* e das *stock-options*. Segundo uma fonte, a companhia já começou a selecionar professores para elaborar o material pedagógico e estudar a possibilidade de chamar atores profissionais para apresentá-lo.

*\*Historiador da Universidade York (Toronto), autor, entre outros, de A Religião da Tecnologia, 1999. Este artigo foi extraído de uma série intitulada Digital Diploma Mills, veiculada na Internet, em <http://communication.ucsd.edu/dl> e publicado em Le Monde diplomatique, versão brasileira, encontrada no site [www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br)*

Tradução: Telma Baliello

# Será o fim

A regulamentação do ensino superior privado é um dos grandes desafios da reforma universitária em debate

Por Gisela Mendonça



# da farra?

**E**m entrevista recente ao jornal *Correio Braziliense*, Nelson Maculan, secretário de ensino superior do MEC, afirmou que o ensino superior privado não escapa à reforma universitária: “A principal preocupação é a elaboração de políticas para as particulares, onde estudam 73% dos universitários. (...) Nós nem sabemos que papel elas devem ter na sociedade, que função devem ocupar”.

A preocupação do secretário tem razão de ser. Ao gigantismo do setor, corresponde o tamanho dos problemas a serem enfrentados – ausência completa de regulamentação e fiscalização, falta de democracia interna, ensino de qualidade no mínimo duvidosa, inexistência de pesquisa na maioria das instituições...

A complexidade entre as instituições privadas também é enorme. Coabitam o guarda-chuva da denominação de ensino superior privado centros universitários, universidades, instituições comunitárias e filantrópicas, empresas assumidamente com fins lucrativos. Algumas delas (a minoria) realizam pesquisa e oferecem pós-graduação; mas boa parte dos alunos matriculados estão nas chamadas “profissões sociais”, que incluem direito, administração, economia e ciências sociais. Algumas empresas de ensino são ligadas ao capital internacional, outras não. Mas pode-se afirmar, sem medo de errar, que a maior parte das instituições passa longe do que

se considera um modelo adequado para a universidade, e que a qualidade é no mínimo duvidosa. É, portanto, um mosaico de situações que torna ainda mais complexo o desafio de regulamentar e estabelecer parâmetros de fiscalização e avaliação para esse sistema.

## Novas leis

Para Madalena Guasco, presidente da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), existiriam três caminhos possíveis para se proceder a regulamentação do ensino superior privado. “Poderia haver uma mudança na LDB, estabelecendo mesmas exigências para a rede pública e privada; ou fazer um projeto de lei específico estabelecendo a regulamentação; ou ainda estabelecer o sistema nacional de ensino superior, que obrigatoriamente mexeria com a LDB, estabelecendo o que compreende o sistema, quais as exigências para as instituições etc.”. Segundo Madalena, na gestão do ministro Cristovam Buarque, o último caminho havia sido o escolhido. Com a entrada do ministro Tarso Genro, não se sabe ainda se haverá continuidade dessa opção ou novos parâmetros serão estabelecidos. A proposta apresentada de aluguel de vagas nas instituições privadas, por exemplo, já foi apresentada como tentativa de “estabelecer um novo marco regulatório”.



O que é certo é que será inevitável estabelecer novas legislações sobre o ensino superior privado. Os instrumentos legais que existem hoje não dão conta de chegar às instituições privadas. Os principais são a Constituição Federal (que trata do ensino superior brasileiro nos artigos 207, 208, 213 e 218) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Durante o governo Fernando Henrique, a proliferação de escolas particulares disparou. Com uma legislação frouxa e uma boa-vontade que beirava a má-fé no órgão responsável por autorizar a abertura de novos cursos – o Conselho Nacional de Educação –, o ensino privado brasileiro viveu oito anos de pura euforia. Mas no novo governo o processo ainda não sofreu um freio (veja tabela abaixo).

### Mais controle

A farra da abertura de novos cursos já é preocupação do novo ministro. Com uma portaria publicada no último dia 13 de fevereiro, Tarso Genro delegou poderes para um grupo executivo do Ministério reexaminar todas as normas e a sistemática do processo de autorização e reconhecimento do ensino superior não-público no Brasil. O grupo terá 90 dias para apresentar um relatório que aponte a necessidade ou não de o MEC promover modificações nos critérios adotados hoje. O grupo está incumbido, ainda, de realizar a análise legal e social das autorizações e reconhecimentos concedidos às instituições de ensino superior não-públicas nos últimos cinco anos. Esta medida vale para todos os cursos, mas especialmente para o de

Direito, que teve a homologação de pareceres referentes à autorização e ao reconhecimento suspensa por 90 dias, depois que a OAB reprovou a imensa maioria deles.

Para Gustavo Petta, presidente da UNE, a gestão democrática também deve ser preocupação no debate sobre o ensino superior privado: “É preciso discutir que papel que essas instituições terão dentro do sistema de ensino superior, estabelecendo limites e dirigindo sua ação de acordo com uma estratégia de desenvolvimento nacional. É fundamental democratizar sua gestão, garantir participação de estudantes, professores e funcionários nos órgãos colegiados e transparência nas contabilidades, hoje muito próximas de uma grande caixa-preta”.

## Número de instituições de Ensino Superior privadas

(1998 a 2003, dados estimados para 2003)

Fonte: INEP/MEC, Ideal Invest



Assine e leia o Diplô em português  
[www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br)



Eles estão globalizando o capital.  
Nós, a crítica e as alternativas.

*LE MONDE*  
*diplomatique*

**A Editora Três**  
**enxugou, apertou e**  
**criou uma promoção**  
**do tamanho ideal.**



Semanal - 13 edições  
**3X R\$ 20,75**  
**sem juros**  
ou R\$ 62,25 à vista

**Aproveite. Receba ISTOÉ em casa por 3 meses,**  
**pague em 3X sem juros e ganhe 30% de desconto.**

**Ligue e assine: (11) 3618-4566**

De 2ª a 6ª, das 8 às 20h. Sábados, das 9 às 15h.

Informe a oferta 3706.

Promoção válida até 30/4/2004.

